

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF (VEN) ANÍBAL BRITO HERNÁNDEZ

O PETRÓLEO E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA E DEFESA:

Implicações e influências para o Conselho de Defesa Sul-Americano

Rio de Janeiro

2010

CF (VEN) ANÍBAL BRITO HERNÁNDEZ

O PETRÓLEO E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA E DEFESA:

Implicações e influências para o Conselho de Defesa Sul-Americano

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Ricardo Gomes]

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2010

RESUMO

Como frequentemente demonstrado na história da humanidade, o acesso ou controle dos bens tanto necessários ou desejados como escassos foi motivo de conflitos. Hoje em dia, um desses bens é a energia, já que tudo gira a seu redor e cada vez mais são os Estados que se incorporam e requerem uma maior demanda energética para a obtenção de seu progresso e sustentação. O petróleo, que representa a principal fonte de energia primária, é um recurso cada vez mais imprescindível, mas, uma vez finito, se converteu em foco de rivalidade na cena internacional. Aspectos como a produção, o transporte e a distribuição estão circunscritos a diferentes áreas geográficas, aumentando as possibilidades do surgimento de potenciais e latentes disputas pela energia. A escassez das fontes energéticas derivadas do petróleo e a ausência de alternativas confiáveis em curto prazo incrementam a hipótese de dominação e poder em relação aos hidrocarbonetos. Qualquer alteração no normal fornecimento e fluxo petrolífero expõe aspectos estratégicos e de segurança que envolvem como consequência a defesa por meio do factível emprego do instrumento militar. Essas medidas de segurança e defesa conduziram aos Estados dentro do sistema internacional contemporâneo à conformação de variados mecanismos e complexos que permitam a soma de seus esforços para sobrepor-se aos novos desafios e obter uma favorável projeção ou atuação internacional seja unilateral, regional ou coletiva que facilite o alcance de seus objetivos estratégicos. No marco dos mecanismos regionais, tem-se a União de Nações da América do Sul que conta com um Conselho de Defesa Sul-Americano para acautelar e garantir a defesa de seus Estados membros diante das possíveis ameaças que atentem contra seus interesses. Dentre esses interesses estão os recursos naturais que incluem o petróleo como fator relevante da região.

Palavras-chave: Petróleo. Energia. Segurança. Defesa. Conselho de Defesa Sul-Americano.

ABSTRACT

As often shown in the history of mankind, access or control of goods, whether needed or desired, has been a source of conflict. Today one of those assets is energy, as a driving force and increasingly States develop and require a higher energy demand to obtain and sustain progress. Petroleum is the main source of primary energy is increasingly vital resource but is in turn finite and this is precisely why it has become a focus of rivalry internationally. Aspects such as production, transport and distribution, are restricted to different geographic areas, increasing the possibility of the emergence of potential and latent energy disputes. The shortage of energy sources from oil and the lack of reliable alternatives in the short term, increase the hypothesis of dominance and power in relation to hydrocarbons. Any alteration in the normal flow of oil supply raises strategic and security issues, involving the effect of defense through the possible use of military force. These measures of security and defense, have led to the States within the contemporary international system to the creation of varied and complex mechanisms. These allow the sum of their efforts to overcome new challenges and gain greater international projection or whether unilateral action, regionally or collectively, to provide the scope of its strategic objectives. In the context of regional mechanisms, there is the Union of South American Nations, which has acted with the South American Defense Council to deal with potential threats that impact their interests and to ensure the defense of its members States. Among those interests are natural resources, include oil as a relevant factor in the region.

Keywords: Oil. Energy. Security. Defense. South American Defense Council.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM -	Armas de destruição em massa
BP -	<i>British Petroleum</i>
CDS -	Conselho de Defesa Sul-Americano
CCS -	<i>Critical Security Studies</i>
CSR -	Complexos de Segurança Regional
CSNU -	Conselho de Segurança da ONU
DN -	Defesa Nacional
DS -	Defesa Soberana
DMD -	Doutrina Militar de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
OCDE -	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OI -	Ordem Internacional
OLI -	Operação Liberdade de Iraque
OM -	Ordem Mundial
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPEP -	Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo
OTAN -	Organização do Atlântico Norte
OTD -	Operação Tempestade no Deserto
PDN -	Política de Defesa Nacional
RI -	Relações Internacionais
RU -	Reino Unido

SE -	Segurança Energética
SI -	Sistema Internacional
SN -	Segurança Nacional
TTS -	<i>Traditional Security Studies</i>
UE -	União Européia
UNASUL -	União de Nações da América do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A ORDEM INTERNACIONAL E O PETRÓLEO COMO CAUSA DE PODER E CONFLITOS	9
3	A ENERGIA, A SEGURANÇA E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO	20
3.1	Estadísticas da Energia	21
3.2	A Segurança Energética e sua relação com a Segurança Nacional	22
3.3	Perspectiva geopolítica dos EUA, da China, da UE, da Rússia, da Índia e da América do Sul	26
3.4	Consequências ou influências para América do Sul	29
4	O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A DEFESA SOBERANA DO PETRÓLEO	31
4.1	Relação entre a Segurança e Defesa	33
4.2	Noções de Segurança e Defesa na América do Sul	38
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICES	49
	ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

“Entendemos que quem se submete a outro, não tem já esperança de libertar-se, mas quem fica em defesa, tem-na sempre”. Tucídides¹ (460 a.C.)

Em nossos dias, o conceito de segurança² se viu submetido a profundas adaptações para adequá-lo ao modelo da defesa³, o qual responde ao atual cenário estratégico e ao progressivo caráter aleatório que está adquirindo o mundo. Segundo Nye (2009, p. 244), “a segurança é como o oxigênio: fácil de ser dada como certa até que se começa a sentir sua falta, e então não se pensa em outra coisa”.

Entre os fatores de segurança nos encontramos com uma larga e variada lista de temas como: a economia, imigração ilegal, narcotráfico, ambiente, tecnologia, capacidade industrial, terrorismo, demografia, e sobre tudo os recursos naturais em especial os energéticos.

Os recursos energéticos constituem uma das peças chaves nas que se apóia o atual modelo de desenvolvimento da humanidade e deles depende sua viabilidade face ao futuro. Por outra parte, as irregulares distribuições geográficas das atuais fontes de obtenção, e as limitações que afetam a estes recursos dão à energia um papel preponderante como fonte potencial de próximos conflitos. Por isso, alguns pensadores manifestam que as guerras que se empreenderam pelos recursos depois da Guerra Fria (1947-1991) não são acontecimentos aleatórios ou isolados, já que se circunscrevem dentro de um marco geopolítico, à diferença dos conflitos que se regiam por considerações de índole política e ideológica, e afirmam que as guerras vindouras terão como objetivo o controle de bens e em particular de recursos naturais energéticos necessários para o funcionamento das sociedades industriais (KLARE, 2003).

¹ TUCÍDIDES. *Historia de la Guerra del Peloponeso*, p. 301.

² O termo “segurança” surge como parte do relacionamento social; portanto, é um problema da dinâmica do ordenamento social, dentro do Estado e entre Estados (BARRIOS, 2009, p. 325).

³ Ação do Estado no emprego de suas Forças Armadas, tanto em períodos de paz como de guerra, para enfrentar eventuais ameaças a sua segurança (GRIFFITHS, 2009, p. 45).

A fonte de energia que move a sociedade moderna de hoje para seu desenvolvimento, está associado a um incremento do consumo de energia a partir de combustíveis fósseis como o carvão, o gás natural e o mais usado; o petróleo.

A essencialidade do petróleo para o funcionamento mundial, quando associada à sua finitude, apresenta uma influência no contexto sócio-político global principalmente como fator de poder.

A diversificação de fontes de obtenção do petróleo, as condições e características de sua distribuição, as diferenças entre produtores e consumidores, assim como, entre exportadores e importadores, a atuação de organizações internacionais e associações regionais, entre outros, constituem elementos de um modelo complexo com o que abordar a natureza desta fonte de energia estratégica. Por isso, o petróleo é considerado inclusive como um fator de vital importância para a Segurança Nacional dos Estados, portanto de Defesa, que merece decididamente ser objeto de estudo e seguimento, já que assume relevância em razão de sua temática contemporânea.

O propósito deste trabalho é descrever e analisar, os possíveis motivos que indicam que o petróleo como recurso energético representa uma possível fonte de conflitos, a fim de determinar se é uma manifestação isolada ou inerente às Relações Internacionais e aos Estados para garantir seu desenvolvimento, por conseguinte, sua influência sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano como mecanismo de defesa regional. Sua estrutura se sustentou nos seguintes capítulos apresentados.

O capítulo um, mostra as características e definições da atual Ordem Internacional e sua relação com o petróleo como causa de poder e conflitos. O capítulo dois apresenta a energia, a segurança e a geopolítica em relação ao petróleo. No terceiro e último capítulo, serão apresentadas as possíveis implicações e influências da Defesa Soberana do petróleo diante o Conselho de Defesa Sul-Americano.

2 A ORDEM INTERNACIONAL E O PETRÓLEO COMO CAUSA DE PODER E CONFLITOS

A segurança vinculada à natureza do gênero humano toma uma conotação política das primeiras sociedades, tornando-se imprescindível o amparo coletivo do grupo para satisfazer uma série de necessidades que individualmente seriam muito difíceis de superar (surgimento do Estado⁴). Não obstante, essas entidades sociais interagiam entre si tão internamente como com o exterior, surgindo a violência entre os homens como resultado de sua rivalidade, incitada esta pelo enfrentamento ou disputa ante um mesmo bem desejável e inclusive pelos recursos disponíveis ou escassos do entorno geográfico comum, considerados de interesse vital para a subsistência.

Mariano Bartolomé (2006, p. 65), resenha que “cada forma de gestão da violência define um tipo de ordem, que corresponde a sua vez a certo tipo de forma social”, acontecendo-se historicamente três tipos de gestões para controlar a violência, quer dizer, através da Ordem do Sagrado, a Ordem da Força e a Ordem do Dinheiro atualmente vigente (QUADRO 1).

Ao referir-se à ordem, é necessário indicar que o poder de um Estado fixa um assento importante em sua definição, já que o principal objetivo de um Estado é que seus interesses sejam reconhecidos e tomados em conta por outros Estados, por isso a ordem pretende assegurar basicamente a estabilidade entre os Estados que o conformam. Em termos de Nye (2009, p. 331) “ordem se refere basicamente à estrutura ou distribuição de poder entre os Estados”. Mas, como o mostra a história, a distribuição internacional de poder girou ao redor dos Estados dominantes ou potências, deduzindo-se então que a ordem é um compromisso entre potências.

⁴ Hobbes (1588-1679), “define a sociedade como o Leviatã, quer dizer, um ser artificial. ‘É a arte, [...] que cria a este grande Leviatã que se chama República o Estado’ [...]”. (FREUND 1921-1993, 1995, p. 26).

A primeira década do século XXI prossegue revelando uma série de alterações no âmbito internacional, com interpretações e teorias diversas (conceituais e estruturais) produto da constante continuidade e mudanças. A situação global atual do ponto de vista do sistema internacional (SI) tem suas raízes principalmente em dois períodos relevantes e contemporâneos, dos quais o primeiro se apresenta com o fim da Guerra Fria (pós-Guerra Fria), marcado pelo término da bipolaridade e rivalidade hegemônica mundial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). E o segundo período, logo depois dos lamentáveis atentados terroristas perpetrados nos EUA em 11 de setembro de 2001 (pós 11-S) (NYE, 2009; VIDIGAL, 2006).

O período pós-Guerra Fria, gerou importantes mudanças tanto nas regras de jogo como na distribuição ou estrutura de poder, e finalmente, o período pós 11-S, iniciou saltos consideráveis do ponto de vista da estratégia⁵, já que a partir destes fatos sem precedentes, o terrorismo é considerado principalmente pelos EUA, uma grande ameaça onipresente, que se manifesta sob as mais diversas formas, colocando em risco sua sobrevivência e da humanidade civilizada, desencadeando implicitamente uma nova colocação da posição global dos EUA ao subordinar os interesses da segurança de qualquer outro Estado aos próprios, sustentando-se em uma nova doutrina conhecida como a Guerra ao Terrorismo⁶ (houve a securitização do terror).

De acordo com Bartolomé (2006, p. 63), a atual situação internacional desde diferentes enfoques teóricos das Relações Internacionais (RI), consolida-se em: (i) um estado de anarquia, face à crescente institucionalização; (ii) a persistência do Estado como protagonista proeminente do SI, coexistindo com outros atores de natureza não estatal; (iii) o

⁵ Segundo o General Beaufre (1902-1975) (1980, p. 49-50), é a arte de fazer que a força concorra para alcançar os objetivos fixados pela política, os quais podem ser ofensivos (conquista, imposição de condições); defensivos (proteção do território e dos interesses) ou pretender simplesmente o *status quo* político. Por isso ao nos referir à estratégia, consideramos esta definição.

⁶ <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.es.html>

abandono de uma cosmovisão do SI, como um cenário altamente instável e desprovido de institucionalização; (iv) uma profunda e crescente interdependência; por último, (v) a existência de dimensões do poder dos Estados, alternativas ao poder militar.

O mesmo autor estabelece uma dissimilitude fundamental entre a Ordem Internacional (OI) e a Ordem Mundial (OM), indica que a primeira se circunscreve à satisfação das necessidades dos Estados dominantes em função de seu poder e a segunda se refere à satisfação das necessidades da humanidade como um todo, portanto a existência de toda OM compreende a existência de uma OI, pode existir uma OI sem que exista uma OM. Pelo resto elucidada, concordando com isso o seguinte: “Resulta evidente que a viabilidade do sistema internacional não depende da conduta de todos seus atores, mas sim dos mais importantes” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 69, tradução nossa).

Em vista das transformações que experimentaram as RI, muitos estudiosos admitiram a existência de vários atores, que sistematicamente se podem agrupar em três áreas principais: do capital ⁷, da sociedade civil⁸ e a correspondente ao Estado⁹; embora os grupos terroristas, alcançaram subitamente o *status* de novos atores mundiais (DUPAS, 2005, p. 27).

Na esfera das RI existem duas teorias clássicas que as ilustram e definem, a realista e a liberal; a realista considera aos Estados como protagonistas ou atores principais, cuja visão serve de apoio para este trabalho (NYE, 2009).

Hoffmann¹⁰ (1987, *apud* BARTOLOMÉ, 2006), por seu lado opina que se imperar uma OI, o SI será relativamente (embora nunca totalmente) estável; mas em caso contrário, quer dizer, em ausência desta o SI se tornaria instável com ausência de moderação nas relações entre os Estados, e neste caso as possibilidades de conflitos armados são maiores.

⁷ Economia global, incluindo as corporações, o sistema financeiro, as associações empresariais e os acionistas.

⁸ Indivíduos e organizações sociais não governamentais.

⁹ Executivo, Legislativo; Judicial, partidos políticos e instituições internacionais.

¹⁰ HOFFMANN, Stanley, *Janus and Minerva. Essays in the Theory and Practice of International Politics*. Westview Press, Boulder & London. 1987.

De acordo aos estudos efetuados por Metz¹¹ (1994, conforme BARTOLOMÉ, 2006), a OI é a resultante da interação de cinco fatores: (i) a configuração e composição do sistema, podendo ser unipolar, bipolar ou multipolar; (ii) as normas e princípios que preponderam no sistema; (iii) as fontes de conflito dentro do sistema; (iv) o papel do poder militar e por último, (v) o processo de mudança sistêmica (QUADRO 2).

O analista norte-americano Samuel Huntington (1927-2008) (1998), expôs a teoria de que o SI seria apropriadamente melhor definido como unimultipolar, indicando que a estrutura mundial possui quatro níveis principais de atuação. Na parte superior, os EUA como a única superpotência com preeminência em todos os âmbitos de poder: econômico, militar, diplomático, ideológico, tecnológico e cultural. No segundo nível estão as potências regionais principais, cujos interesses e capacidades não se estendem a nível mundial em comparação com os EUA, por exemplo, o que denominou como o condomínio Alemão-Francês, a Rússia, a China, a Índia e o Brasil, entre outros. Em um terceiro nível potências regionais secundárias, de menos alcance que às anteriores. E o quarto nível que abrange ao resto dos Estados.

O que se raciocina notável da visão no esquemático mundo unimultipolar preconcebido por este autor, é a relação central de que a superpotência prefere um mundo unipolar e está continuamente tentado a proceder como sim se tratasse de um mundo unipolar; as potências regionais principais escolhem um mundo multipolar, no qual seus benefícios sejam atendidos unilateral ou coletivamente, sem os limites impostos pela superpotência, e por último a dedução de que os restos dos Estados devem conformar-se com sua dependência direta ou indireta dos degraus precedentes.

Buzan e Waeber (2003, p. 34-37), definem outra classificação conformada por três níveis, o primeiro concerne à superpotência (EUA) e o segundo as grandes potências (ambos os níveis atuam no SI), coincidindo estes analistas com Huntington (1998) na categorização

¹¹ METZ, Steven. *The Army and the Future of the International System, Parameters*. Summer, 1994.

de seus dois primeiros níveis quanto ao espectro do emprego de poder e sua capacidade de influência. E o terceiro nível inerente às potências regionais, onde a grande diferença é que pode ser a sua vez unipolar como na África do Sul, bipolar como no Ásia Meridional e multipolar como no Oriente Médio, América do Sul e o Sudeste Asiático, circunscrevendo-se suas capacidades às zonas às que pertencem sem maiores influências a nível mundial.

Nye de maneira sucinta e pertinente, esclarece-nos por meio de uma metáfora os diferentes níveis de ação na OI:

No tabuleiro de xadrez superior das questões político-militares, o poder militar é amplamente unipolar, tendo aos Estados Unidos como a única superpotência, mas no tabuleiro intermediário das questões econômicas, os Estados Unidos não são uma hegemonia nem um império e precisam negociar no mesmo plano quando a Europa atua de maneira unificada. [...] E no tabuleiro de xadrez inferior das relações transnacionais que cruzam as fronteiras fora do controle dos governos e incluem protagonistas tão diferentes quanto banqueiros e terroristas, o poder é disperso caoticamente (NYE, 2009, p. 334).

Neste contexto, os conspícuos índices de análise relativos ao poder implicam a produtividade econômica, a participação no mercado global, a inovação tecnológica, os recursos naturais¹² e o tamanho da população. Por conseguinte, os EUA, a União Européia (UE) e a China representam os três impérios naturais do mundo, cada qual geograficamente consolidado e amplamente forte do ponto de vista militar, econômico e demográfico para expandir-se construindo esferas de influência no mundo todo; e farão todo o necessário para impedir que outros ganhem terreno (KHANNA, 2008). Resultando disso uma profunda reflexão ao já anunciado em sua oportunidade por Tucídides¹³ “[...] quando os fracos disputam sobre aquelas coisas que os mais fortes e poderosos lhes pedem e demandam, convém ficar de acordo com estes para conseguir o menor mal e dano possível” (tradução do autor).

¹² Conjunto de riquezas naturais em estado bruto e que podem ser exploradas economicamente por um Estado. Constituem riquezas naturais as jazidas minerais e petroleiras, os cursos dos rios e suas quedas, a flora e a fauna (SANDRONI, 1994, p. 295).

¹³ TUCÍDIDES, *op. cit.*, p. 300.

Finalmente, conclui-se que a OI é o equilíbrio de poder instituído pelas relações entre as potências, a qual se aderem e comprometem para garantir a satisfação de suas necessidades, manter o *status quo* do SI, assim como, delinear as normas e regras que limitem a atuação de possíveis competidores dos níveis inferiores que possam disputar sua capacidade de influência ou supremacia.

Os recursos naturais dentro da OI representam o foco central da geopolítica¹⁴ e da geoestratégia¹⁵, lhe impondo aos Estados um autêntico problema político e econômico de grande complexidade, devido à ampla gama de decisões que têm que tomar para creditar-se seu acesso e controle. Segundo Klare (2003), porque são valiosos e dispensam poder e fortuna, a luta de recursos naturais augura um rasgo cada vez mais destacado do panorama mundial.

Dentro dos recursos naturais, o petróleo como elemento interdependente da OI representa um fator estratégico, não só por ser na atualidade a fonte de energia fóssil mais eficiente (em comparação com o gás e o carvão), mas sim, além disso, uma matéria prima de múltiplas aplicações. Com o surgimento e posterior desenvolvimento da petroquímica, ampliou-se mais ainda suas possibilidades de utilização, tanto que a gama de produtos elaborados por esta indústria é notavelmente extensa, abrangendo desde explosivos até fertilizantes, passando por plásticos, têxteis e detergentes, para mencionar só uns poucos artigos, mas paradoxalmente também é a causa central de um grande número de conflitos de diversas índoles. (AGUILERA, 1982; PALAZUELOS, 2009; SÁNCHEZ, 2006).

A final do século XIX avançavam os processos tanto da concentração como da centralização do capital e a produção, dando origem aos monopólios que se erigiram em base ao petróleo primordialmente. Este monopólio ficou demonstrado pelo desempenho de

¹⁴ Área de análise multidisciplinar das ciências sociais que estuda a influencia dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de tipo político que sirvam de guia ao estadista na condução da política interna e externa do Estado (BARRIOS, 2009, p. 193).

¹⁵ Conceito moderno da estratégia que amplia seus alcances estendendo-se a porções consideráveis do globo terrestre, como hemisférios e continentes (BARRIOS, *loc. cit.*).

organizações que conformaram o conglomerado conhecido como as Sete Irmãs¹⁶; empresas transnacionais que controlaram a exploração, refinação, transporte e comércio (incluindo os preços) dos hidrocarbonetos durante mais do meio século a nível mundial. Por isso, o petróleo a partir de então se começou a supor-se como um produto imprescindível do qual exerciam o controle total.

Já entrado o século XX, as potências mais fortes do SI em termos militares clássicos intervieram esporadicamente para manter o sistema em funcionamento; por exemplo a operação secreta executada pelo Reino Unido (RU) e pelos EUA em 1953, para retornar o trono ao Xá Mohammad Reza Pahlevi (1919-1980), monarca do Irã (1941-1979), favorável a seus interesses e quem fora deposto por um movimento nacionalista; o regime petrolero¹⁷ era então amplamente imutável (NYE, 2009).

Entre 1950 e 1973, suscitaram-se marcadas transformações no consumo mundial de petróleo, propiciando em especial medida a dependência norte-americana do petróleo forâneo. Em 1960, a indústria petrolífera era um oligopólio privado estreitamente vinculado com os governos dos principais consumidores. Posterior à guerra do *Yom Kippur*¹⁸ (1973, Dia do Perdão em hebraico), devido a que os EUA apoiaram a Israel nesta luta, Arábia Saudita em represália suspendeu o fornecimento de petróleo aos EUA entre outros Estados, até 1974. É quando os Estados desenvolvidos precatam-se da dependência e vulnerabilidade de suas economias respeito ao petróleo, produzindo-se uma crise mundial. A produção, o preço e as fontes da energia ficaram fora do controle dos Estados desenvolvidos, pela primeira vez. Os Estados denominados em vias de desenvolvimento, concretamente os membros da Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) assumiram a liderança, e as Sete Irmãs e os governos que as apoiavam perderam gradualmente sua potestade. O

¹⁶ Empresas conformadas pela Exxon (antes *Standard Oil Co. Of New Jersey*, agora Exxon Mobil), Shell, *British Petroleum* (BP), Mobil (Socony-Mobil), Texaco, *Gulf* e SOCAL ou Chevron.

¹⁷ Oligopólio privado com laços estreitos com os governos dos principais Estados consumidores (NYE, 2009).

¹⁸ Enfrentamento armado a grande escala entre Israel e os Estados árabes do Egito e Síria (conflito árabe-israelense).

equilíbrio de poder derivado basicamente da força militar em relação ao Golfo Pérsico (principal região fornecedora de petróleo do mundo) tinha trocado, essencialmente pelo avanço do nacionalismo e a descolonização.

Até 1971 os EUA, era o maior produtor de óleo no mundo, mas a partir de então se viu obrigado a começar sua importação como consequência de sua elevada demanda energética, transferido o predomínio do mercado a Estados como a Arábia Saudita e o Irã.

Entre 1980 e 1988 estalou a guerra entre o Irã e o Iraque (membros OPEP), o que provocou um período de alças indiscriminadas nos preços do petróleo, gerando-se outra crise a escala mundial.

Em agosto de 1990, o Iraque invadiu ao Kuwait. Saddam Hussein (1937-2006), presidente do Iraque para a época, tinha acusado ao Kuwait de extrair do campo petrolífero da Rumalia (compartilhado entre ambos), quantidades superiores a sua cota permitida. A Organização das Nações Unidas (ONU) impôs um embargo ao agressor e diante a negativa do afastamento de suas hostilidades, autorizou por meio do Conselho de Segurança (CSNU) a participação de uma coalizão internacional liderada pelos EUA (janeiro de 1991, Operação Tempestade no Deserto - OTD), para libertar ao Kuwait. Iraque logo depois da guerra contra Irã ficou desbastado, com uma dívida exorbitante que aumentava exponencialmente, por conseguinte a anexação do Kuwait supunha uma solução para o usurpador. Saddam, não entendeu que uma potência global como os EUA nunca toleraria que o Iraque com a intrusão do Kuwait, passasse a dominar grande parte do petróleo da região, e representar adicionalmente uma ameaça direta para a monarquia da Arábia Saudita, principal produtora de óleo do Oriente Médio e valioso fornecedor dos EUA (HARVEY, 2004; WAACK, 2009).

Destes eventos, infere-se que tanto a decisão de Saddam Hussein de invadir o Kuwait como a OTD, o objetivo comum *per se* era o controle dos hidrocarbonetos.

Enquanto isso o problema do Iraque inclusive não tinha acabado, foi objeto de uma série de sanções e medidas através do CSNU. Logo depois de uma sucessão de eventos com participação da ONU, o Iraque foi acusado do desenvolvimento de armas de destruição em massa (ADM)¹⁹ pelos governos dos EUA, da Espanha e do RU²⁰, aduzindo que representavam um perigo para seus interesses e de seus aliados, além disso que existia um vínculo entre Saddam Hussein e a rede terrorista Al-Qaeda²¹ e que o governo do Iraque violava os direitos humanos de seus concidadãos com a ameaça do emprego de armas químicas. Por conseguinte, em 20 de março de 2003 com opinião desfavorável de França, Alemanha, Rússia e China; o Iraque é novamente objeto de uma intervenção militar (Operação Liberdade do Iraque) sem a vênua do CSNU, dado a que a Carta da ONU não contempla ataques preventivos (HARVEY, 2004; ZHEBIT, 2009). Nye (2009, p. 233), por sua parte refere que sem conseguir obter uma segunda resolução do CSNU autorizando um ataque contra o Iraque, os EUA, o RU e uma pequena coalizão argumentaram que as justificações descritas anteriormente ofereceram uma base legal para a invasão.

Não obstante, desde nosso ponto de vista este acontecimento contempla dois aspectos no âmbito do Direito Internacional, por um lado tem semelhança ao emprego do *jus ad bellum* (Direito à Guerra)²² e pelo outro não cumpre com o princípio de legítima defesa (autodefesa individual ou coletiva) sob a óptica do artigo 51 da Carta da ONU. Dedução confirmada pelo Secretário Geral da ONU à época, Kofi Annan, quem se referindo a esta ofensiva militar expressou o seguinte: “desde nosso ponto de vista e da Carta da ONU foi ilegal”²³. Configurando-se então um perigoso precedente mundial em detrimento do papel da ONU e a sua vez do Direito Internacional, já que quando alguns Estados são mais fortes que

¹⁹ São aquelas que possuem extremo poder letal sem discriminação dos alvos nem vitimas (químicas, biológicas e nucleares) (SILVA; GONÇALVES, 2005, p. 7)

²⁰ <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>

²¹ Organização islâmica, responsável dos atentados terroristas do 11-S (ZHEBIT; TEIXEIRA, 2009, p. 285).

²² Direito do Estado de recorrer à força em suas relações internacionais, na defesa de seus interesses; proibido desde 1945 com a entrada em vigor da Carta das Nações Unidas (BRASIL, 2009, p. 6/2).

²³ ANNAN, Kofi. 16 sep. 2004. Entrevista concedida à BBC Mundo. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/international/newsid_3661000/3661148.stm> Acesso em: 23 mar. 2010.

outros, sempre existe o perigo de que se possam recorrer à força e quando esta não pode ser controlada, o resultado são a desconfiança e a suspeita. De maneira tal, Estados como Alemanha, França, Rússia, China, entre outros Estados Árabes e Latino-americanos, percebem como ameaça a segurança preventiva dos EUA dentro da OI (BARTOLOMÉ, 2006; BORGES, 2009; NYE, 2009; SOHR, 2003).

Até o presente não se tem confirmado oficialmente a posse do ADM por parte do Iraque nem a vinculação do Saddam Hussein com Al-Qaeda. De acordo com Teixeira (2009, p. 20), “a insistência dos EUA em derrubar ao ditador Saddam Hussein mal encobre, dessa forma, os profundos interesses norte-americanos nas gigantescas reservas petrolíferas do Iraque”.

Adjuntamente não se pode deixar de tomar em conta que além dos EUA, outros Estados deram significação às preocupações de tipo econômico e de segurança quanto ao petróleo. Por exemplo, Rússia tem deslocado forças por volta do norte do Cáucaso e à bacia do mar Cáspio, onde apresenta uma encruzilhada com o Irã e certos Estados ex-URSS. Afeganistão não possui reservas petroleiras, mas por seu território passam oleodutos com destino aos portos do Paquistão. China por sua parte tem dirigido suas ações por volta do mar da China meridional aumentando sua presença naval, apresentando uma disputa estratégica pelo acesso ao petróleo envolvendo aos EUA e à Índia (EUA, 2009; KLARE, 2003).

Por tais razões é evidente que o petróleo como a matéria prima mais importante em termos políticos e econômicos, tem representado com o transcorrer do tempo a principal fonte de energia para o progresso dos Estados, mas a sua vez foco de controle, disputa, monopólio e conflitos. O caso do Iraque é conjuntural, já que foi objeto nas duas últimas décadas de intervenções militares a grande escala. Dentro da investigação realizada se observou que poucas opiniões avalizam a OLI neste território no ano 2003, pelo contrário, atribui-se o fator petroleiro como fundamento incitador com ou sem justificação acreditável.

Do até aqui exposto e em base à opinião de Bonanate (2001), tem-se por um lado, que a parte dos objetivos fundamentais como a conquista de materiais (*e.g.* o petróleo) ou a afirmação de hegemonia, o que faz comum a todas as guerras é a regularização autoritária das relações entre os Estados, quer dizer, anarquia internacional²⁴. E pelo outro, que o petróleo foi uma das causas de tornar instável a OI contemporânea inclusive à luz da ONU e do Direito Internacional, questionados ambos por muitos autores.

As probabilidades das hostilidades vindouras em torno do petróleo insinuam que se produzirão pela acumulação cada vez maior de forças no Oriente Médio e em outras regiões produtoras, só é questão de tempo. Tudo dependerá do entorno político e estratégico em que se tomem as decisões sobre o tema, a relação futura entre a demanda e a oferta, assim como, da geografia da produção e da distribuição do óleo (KLARE, 2003). Na opinião de Nye (2009, p. 272), "O drama com relação ao petróleo não acabou. [...] ainda é importante". A FIG. 1 mostra o desdobramento ou presença militar forânea nas proximidades das principais reservas petroleiras do Mundo.

²⁴ Implica a existência de uma ordem internacional sob constante ameaça de conflitos. Os atores internacionais se guiam de forma egoística pelos interesses nacionais próprios (SILVA; GONÇALVES, 2005, p. 7).

3 A ENERGIA, A SEGURANÇA E A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Desde a Revolução Industrial (século XVIII), a energia e a necessidade de garantir seu fornecimento e controle foram fundamentais para qualquer posição de poder no mundo. A relação e as tendências tanto da oferta como a demanda mundial de energia, é fundamental para qualquer formulação de política energética. Para a defesa nacional, joga um papel crucial na sobrevivência e no bem-estar dos Estados, já que exige um desafio de segurança estratégica para o futuro. (HAMILTON; SCHLESINGER; SIEMINSKI, 2005).

Segundo Schlesinger (2005), dentro dos combustíveis fósseis, o petróleo constitui a principal fonte de energia comercial do planeta graças a que é um combustível ideal para o transporte, possui uma alta densidade energética e se beneficia de uma grande infra-estrutura existente para a produção e distribuição. Sendo muito provável de que continue assim no futuro previsível, apesar do desenvolvimento de novas tecnologias.

A demanda mundial de muitas matérias chaves (v.g. alimentos, água, energia, *etc.*) está crescendo a um ritmo insustentável à medida que a população humana aumenta. O perigo desta demanda com respeito ao petróleo é sua particularidade geológica finita, e que as sociedades industriais avançadas não podem subsistir sem um aprovisionamento substancial de hidrocarbonetos (KLARE, 2003).

Como complemento, Bernal (2008), diz que a energia e a segurança representam dois temas estreitamente vinculados entre si, adiciona inclusive que alguns intelectuais, refletem que nos localizamos ante uma nova Guerra Fria que gira em torno da energia. Portanto o acesso ao petróleo é uma questão de segurança (HARVEY, 2004, p. 29).

3.1 Estatísticas da Energia

Sem pretender realizar uma exaustiva abordagem da situação energética mundial e tomando como referência os dados fornecidos pela *Energy Information Administration* dos EUA (EIA, 2010)²⁵ e pela *British Petroleum* (BP, 2010)²⁶ convém, descrever alguns aspectos notáveis.

O consumo mundial de energia aumentará em 49% (1,4% por ano), passando de 495 a 739 quadrilhões de Btu (*British Thermal Unit*) entre os anos 2007 e 2035. Os combustíveis fósseis seguirão sendo as principais fontes de energia primária no mundo, e representarão mais das três quartas partes (75%) do incremento geral da utilização da energia entre 2007 e 2035. A demanda de carvão registrará um incremento considerável do período em referência, seguido pelo gás e o petróleo. Contudo, no ano 2035, o petróleo seguirá sendo o combustível mais utilizado.

Estima-se que a demanda dos combustíveis líquidos, aumente em média de 1% por ano, passando de 86,1 milhões de barris²⁷ por dia (Mbd) no ano 2007 a 110,6 no 2035. O crescimento na utilização do petróleo será atribuível ao setor industrial e transporte.

Havida conta, de que a produção de petróleo convencional de Estados não-OPEP, alcançaria o Pico do Petróleo²⁸ no ano 2010, grande parte da obtenção adicional proviria dos Estados OPEP, que contam com o grosso dos recursos disponíveis restantes de petróleo.

O 81% das reservas provadas de petróleo se encontram distribuídas no Oriente Médio, África, América do Sul e Central, em tanto que o restante 19% se encontram na América do Norte, Europa/Eurásia e na bacia do Ásia/Pacífico. Do ponto de vista do consumo

²⁵ EIA. *International Energy Outlook July 2010*. Disponível em: <[http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/pdf/0484\(2010\).pdf](http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/pdf/0484(2010).pdf)> Acesso em: 28 jul. 2010

²⁶ BP. *Statistical Review of World Energy June 2010*. Disponível em: <<http://www.bp.com/bodycopyarticle.do?categoryId=1&contentId=7052055>> Acesso em: 2 jul. 2010.

²⁷ Unidade de volume equivalente a 42 galões dos EUA; 1 galão = 3,78541178 litros (EIA).

²⁸ O momento do tempo em que a produção deste líquido atinge o seu máximo numa região de interesse (DE SOUSA, 2009).

energético de hidrocarbonetos os EUA, a Europa, a China, o Japão e a Índia são responsáveis de 59% do total mundial. As principais reservas petrolíferas do planeta se encontram em áreas distantes aos principais centros de consumo da América, Europa e Ásia. O APÊNDICE C e o ANEXO A apresentam, de forma ilustrada, os dados da estatística energética mencionada.

3.2 A Segurança Energética e sua relação com a Segurança Nacional

Ao falar de segurança, é necessário sublinhar certos aspectos em seu contexto. Tradicionalmente, os estudos da política internacional trabalharam com um conceito de segurança vinculado ao Estado e ao setor militar. Entretanto, nos últimos tempos autores como Ramonet (2003), incorporaram novos objetos de referência ao campo da segurança, por exemplo: o meio ambiente, os direitos humanos, a estabilidade econômica, a identidade, as pandemias, o terrorismo, *etc.*

Segundo Vidigal (1928-2009) (2006, p. 133), “Os estudos sobre segurança ganharam impulso pelos fatos ocorridos ao se aproximar o fim da Guerra Fria e as conseqüências deles”. Deste modo Bartolomé (2006, p. 129), diz que no atual panorama das RI particularmente pós 11-S, as questões de segurança ocupam um lugar significativo na agenda dos analistas, asseverando que a segurança é “tanto uma situação que em forma simplificada poderia caracterizar-se como de ‘ausência de ameaças’, como um conjunto de medidas e políticas condizentes a esse objetivo”. Quanto à definição das ameaças ou os assuntos de segurança, existem três escolas que desenvolvem seu estudo: a de corrente tradicionalista (*Traditional Security Studies* - TTS); a que defende um novo ou abrangente parâmetro de análise (*wideners*, Escola de Copenhague) e a de perspectiva crítica (*Critical Security Studies* - CCS) (DE CONTI, 2009, p. 20).

A corrente TTS, considera o Estado como a unidade central da análise e abordam os conflitos entre os Estados, a segurança nacional (estatal) ostenta a preeminência das relações entre a guerra e a paz. A Escola de Copenhague considera os atores não estatais e aquelas ameaças, que possam afetar tanto aos Estados como aos cidadãos (v.g. o terrorismo). Por último a DCS, além das ameaças militares, discorre sobre as provenientes das áreas política, econômica, ambiental e societal²⁹ (DE CONTI, 2009).

A ONU (1986, p. 2, 45), definiu a segurança no plano interestadual como: “Uma condição em que os Estados consideram que não há perigo de um ataque militar, pressão política nem coerção econômica, por isso podem prosseguir livremente seu desenvolvimento e progresso próprios”³⁰ (tradução nossa).

Em face ao exposto se infere que a energia guarda uma íntima correlação nos diferentes setores da segurança definidos: os Estados usualmente entre outras coisas incluem como objetivo nacional a auto-suficiência energética; a energia é fator básico para o crescimento econômico; a energia e o meio ambiente (base de sua obtenção) estão estreitamente relacionados e por último as comunidades se encontram entrelaçadas direta ou indiretamente com a energia (continuidade de vida). Assim, na medida em que os fornecimentos de petróleo possam tornar-se incertos, é evidente que a energia tem o potencial de transformar-se em uma ameaça à segurança.

Então pode-se considerar que em seu sentido mais simples, a Segurança Energética (SE) é a capacidade de garantir o acesso aos recursos energéticos necessários para o impulso permanente do poder nacional. Em outras palavras, a disponibilidade de serviços acessíveis, um fornecimento confiável, diverso e amplo de petróleo e gás (e seus equivalentes no futuro). Energia acessível entende-se pela capacidade de negociação entre a oferta e a

²⁹ Societal refere-se às identidades coletivas e à defesa dessa coletividade, quer dizer, as ameaças que atentem contra a sobrevivência quanto à comunidade (DE CONTI, 2009, p. 21).

³⁰ <http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-14.pdf>

demanda de maneira relativamente estável; abastecimento seguro significa que as reservas previsíveis sejam menos suscetíveis à interrupção. (KALACKI; GOLDWYN, 2005, p. 9).

No concernente à SE existe uma dicotomia, já que para os consumidores se refere à segurança do fornecimento e para os produtores a segurança da demanda. Para os primeiros, este aspecto se limita basicamente aos preços e à sensação de que estes não experimentem aumentos que impliquem prejuízos econômicos. E para os segundos, o assunto se apóia nos ganhos e à necessidade de um horizonte suficiente de utilidades. E adiciona, que grande parte do debate sobre a SE gera a partir dos combustíveis fósseis, dado a que contribuem ao redor de 80% da mescla energética principal do mundo. Por isso, “a segurança energética, seja qual seja seu verdadeiro significado, encontra-se inextricavelmente vinculada à produção e ao consumo de combustíveis fósseis, especialmente o petróleo” (ISBELL, 2008, p. 3)³¹.

O tema da SE, manteve-se durante algum tempo fora da agenda política, mas isto se modificou desde que a alta dos preços do óleo nos últimos anos, evidenciou uma possível escassez e desabastecimento (FIG. 9, ANEXO B).

Além de que as interrupções no fornecimento voltaram a formar parte da arena internacional (por exemplo, a Nigéria 2008), mas também é fomentado pela ameaça do terrorismo, a pirataria (por exemplo, no Estreito de Malaca), os acidentes industriais (v.g. a plataforma petrolífera no Golfo do México, abril de 2010), a instabilidade política em alguns Estados exportadores, as rivalidades geopolíticas e sobretudo diante os temores da beligerância pelos fornecimentos. O próprio conceito da SE está adquirindo dimensões mais amplas, já que não se trata somente do fluxo do petróleo como foi ao final do século passado, mas sim se estende até as infra-estruturas do fornecimento de energia como as plataformas de alto mar, os oleodutos, os navios petroleiros, as refinarias, os depósitos de armazenagem, linhas de transmissão e distribuição; inclusive expõe a possibilidade de ataques cibernéticos

³¹ Entende-se então, que quando a oferta do petróleo a nível mundial supera à demanda o risco do conflito tende a diminuir, pelo contrário quando a demanda ultrapassa à oferta, a probabilidade de fricções tende a aumentar (apreciação nossa).

e/ou eletromagnéticos aos sistemas de controle da distribuição com o objetivo de apoderar-se deles ou destruí-los. (LUFT; KORIN, 2004; YEGRIN, 2005). O QUADRO 3, mostra os princípios para manter a SE dos Estados.

Da visão de Klare (2003), o valor crescente das matérias primas como o petróleo, unido ao papel que desempenham no funcionamento da economia e do aparelho militar, faz que sejam considerados como bens de interesse vital por muitos Estados, especialmente pelas grandes potências. O risco da ruptura no fornecimento é considerado por esses Estados como uma ameaça à Segurança Nacional (SN), cuja prevenção pode justificar intervenções militares e até a guerra a grande escala. Em termos de De Conti (2009, p. 25), a SN “tem como objeto de proteção o Estado e suas instituições formadoras”. Neste caso, convém recordar a Sun Tzu³² (544-496 a.C.) (*apud* MCNEILLY, 2003, p. 25), quando diz que “A guerra é um assunto de vital importância para o Estado; a província da vida ou da morte a estrada para sobrevivência ou ruína [...]”.

Podendo-se dizer então, que a SE mundial dependerá basicamente de que nem o fluxo petrolífero e nem os investimentos sejam prejudicados por tensões, crise e conflitos internacionais, mas igualmente da destreza em matéria de energia que exponham os Estados em suas políticas internas e exteriores, já que em definitiva, o novo cenário energético está trocando o equilíbrio de poder entre o Estado e o mercado a favor do primeiro. Por isso, a SE requer do compromisso e da atenção permanente tanto em nossos dias como no futuro. Quer dizer, “se há Estado, há geopolítica. Não há como traçar cenários para a evolução dos mercados de energia, sem a análise de cenários estratégicos” (PEREIRA, 2010)³³. Significa, pois, que o tema está deixando de ser visto de uma perspectiva econômica, e passou a ser

³² ASTON, W.G. *The Nihongi*. Transcriptions and Proceedings of the Japan Society Supplement. London, 1896. Kegan Paul.

³³ PEREIRA, João. Petróleo e Gás Natural: aspectos geopolíticos contemporâneos e perspectivas brasileiras. In: SEMINÁRIO DE GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DIREITO INTERNACIONAL, 2., 2010, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 12 slides. Apresentação eletrônica.

examinado sob a óptica da SE ou da SN, quer dizer, as potenciais intimidações a SE incidem direta e proporcionalmente na SN. A relação entre a energia, a política externa e a SN pode ser visualizada na FIG. 10.

3.3 Perspectiva geopolítica dos EUA, da China, da UE, da Rússia, da Índia e da América do Sul

Estados Unidos da América

De forma prospectiva, a taxa de crescimento da demanda de energia nos EUA e México continuarão a um ritmo notável e elevado, obrigando particularmente aos EUA demandar fornecimentos adicionais de petróleo provenientes de outras latitudes. O acesso à energia é fundamental para a estabilidade e o êxito da economia dos EUA, por isso é necessário manter uma estratégia eficaz para responder diante qualquer ameaça do fornecimento do óleo; os elementos dessa resposta eficaz incluem o poder militar complementado por uma sólida posição diplomática internacional, pela fortaleza financeira e pelas políticas necessárias para garantir seu padrão de consumo energético. (FUERTH, 2005, p. 411; NEFF, 2005, p. 357).

A *National Security Strategy* dos EUA, reflete a inquietação deste Estado ante a vulnerabilidade ocasionada pela dependência do fornecimento petrolífero forâneo e a necessidade de políticas orientadas para garantir a SE, entre outras o desenvolvimento de energias limpas (não poluentes) que ajudem a rebater sua insuficiência energética em base aos hidrocarbonetos. Embora, em relação ao emprego da força também aponta que os EUA “deve reservar o direito de atuar unilateralmente se fosse necessário para defender nossa nação e nossos interesses, mas também vamos tentar de nos aderir aos padrões que regem o uso da força” (EUA, 2010, p. 22, tradução do autor).

China

China ultrapassou os limites de auto-abastecimento petrolífero desde 1992 (incremento da população e industrial), por isso o acesso às fontes de energia disponíveis será fundamental para seu crescimento econômico unido a que se espera que sua demanda energética se prolongue a um ritmo acelerado. E embora não se descarta a possibilidade de um conflito armado pelo petróleo, as consequências geopolíticas da China como grande importador de energia a nível mundial será apreciável, terão que participar do comércio internacional da energia de maneira substancial e incessante, formando alianças tanto para o transporte como para o fornecimento de hidrocarbonetos, com o propósito estratégico de garantir suas crescentes necessidades energéticas tornando-se em uma das áreas chave que pode gerar uma mudança dramática nos anos vindouros (MYERS; MEDLOCK, 2005).

União Européia

Europa se enfrenta atualmente a uma crescente dependência das importações de energia, cujo fornecimento é um dos objetivos fundamentais da política energética na UE. Como resultado, Europa se está voltando mais sensível aos transtornos físicos tanto no fornecimento energético (permanente ou temporário) como às perturbações econômicas nos mercados energéticos. (OLSEN, 2005, p. 339). Ao respeito a UE em sua visão estratégica de “Levar a Europa ao Século XXI”, realizou um acordo conhecido como “Tratado de Lisboa”, cuja vigência data a partir de 01 de dezembro de 2009, onde se enfatiza nos Artigos 122 afastado 1 e 194 afastado 1 letra b, que diante qualquer situação grave no fornecimento energético, adotar-se-ão medidas adequadas para garantir a segurança de seu abastecimento.

Rússia

Rússia possui a capacidade de produzir e exportar fontes de energia, a diferença dos EUA e da China. De acordo com Nanay (2005), para este Estado a energia não só é a base de o novo poder russo, mas também a fonte de sua influência política e econômica, tendo como objetivos tanto o controle estatal de seus recursos estratégicos como do setor energético do Ásia Central, além das redes de transporte e distribuição (oleodutos principalmente) no Mar Cáspio que os beneficie no mercado internacional.

Índia

A Índia é outro importador já que possui modestas reservas de petróleo, grande parte delas *offshore* (costa fora) no oeste, vendo-se obrigada a reforçar as medidas de seu SE como consequência da escalada de tensões com o Paquistão. Apresenta projetos para a criação de instalações para o depósito de reservas estratégicas de petróleo em *Nova Delhi* (sua capital), o que lhe permitiria cobrir uma demanda de até sessenta dias, mas incluso no materializados pelos elevados custos tanto para o armazenamento como para a infra-estrutura do transporte (MYERS; MEDLOCK, 2005).

América do Sul

No concernente à região da América do Sul, o seguinte:

A energia é o elemento primordial para elevar o nível de vida da população da região. Portanto, no plano de cooperação proposto a energia nos merece os maiores cuidados. A região está muito bem dotada de combustíveis energéticos [...] obteve, no campo da energia, os maiores avanços nos últimos 20 anos, dos quais alguns realmente importantes, [...] que incluem o desenvolvimento da indústria petrolífera. Em especial o domínio tecnológico de prospecção e exploração em águas profundas, obtido pelo Petrobras, a estatal brasileira de petróleo. América do Sul é rica em recursos energéticos; possui abundantes reservas de petróleo na Venezuela; [...] (COSTA, 2005, p. 220-221, tradução nossa).

Brasil por exemplo através de sua empresa estatal Petrobras realizou grandes investimentos, na ordem de R\$ 17,753 bilhões no primeiro trimestre de 2010 (aumento de

23%) no concernente ao desenvolvimento pré-sal³⁴, com consideráveis projeções para nos próximos anos. Em adição, Venezuela de acordo a recentes investigações possui novas reservas estimadas de petróleo (entre 380 e 652 bilhões de barris³⁵), e entre ambos Estados se assinaram acordos energéticos importantes nas áreas de refinação, construção de plataformas e de navios petroleiros, entre outros³⁶. Graças a isto e somadas às capacidades da Argentina, Colômbia, Equador e Peru, a região adquire uma posição estratégica favorável a nível mundial em quando às reservas petrolíferas e aos adiantamentos representativos neste âmbito (FIG. 11). Porém da mesma maneira como o tem demonstrado a história poderia constituir-se em um objetivo de interesse valioso extra-regional, situação tal que adicionaria como premissa um novo lado (Sul) transformando em quadrilátero, ao denominado “Triângulo Estratégico” (Golfo Pérsico ao Oeste, Mar Cáspio ao Norte e o Mar da China Meridional ao Este), descrito por Klare (2003, p. 74).

Em 26 de março de 2010, reuniram-se em Quito (Equador) os Ministros de Energia dos Estados integrantes da União de Nações da América do Sul (UNASUL), dando os primeiros passos para a proposta de uma empresa “*grannacional*”, orientada à integração energética de todos seus membros e na Sessão Extraordinária deste Organismo, celebrada em Buenos Aires (Argentina) em 4 de maio também do 2010, estabeleceu-se o início das negociações para dar forma ao Tratado Energético da América do Sul.

3.4 Consequências ou influências para América do Sul

Apoiando-nos de novo em Sun Tzu³⁷ (*apud* MCNEILLY, 2003, p. 162), quando disse: “se os Oficiais estiverem desacostumados com um treinamento rigoroso, ficarão

³⁴ O Globo, economia, p. 25. 15 maio 2010.

³⁵ <http://www.usgs.gov/newsroom/article.asp?ID=2386>

³⁶ <http://www.vtv.gov.ve/noticias-econ%C3%B3micas/25594>

³⁷ FITZGERALD, C.P. *China, A short Cultural History* (red. rev.). London, 1950. The Cresset Press Ltd.

preocupados e hesitantes em combate; se os generais não forem perfeitamente treinados, no íntimo irão tremer quando enfrentarem o inimigo” pressupõe-se que o treinamento militar obedece ao exercício rigoroso dos meios disponíveis (pessoal e material) com a finalidade de adestrá-los e capacitá-los devidamente para a confrontação, diante hipotéticos ou sensíveis cenários de guerra. Portanto, desprende-se que as Operações “Atlântico” I e II (2008 e 2010, respectivamente) levadas a cabo pelas Forças Armadas Brasileiras (FAB), dentro de cujos objetivos se enfatiza a preparação para a “defesa dos portos e terminais petrolíferos das Bacias do Campos, Espírito Santo e Santos, assim como, de toda a infra-estrutura de petróleo da região sudeste”³⁸, evidenciam que a presunção de qualquer irrupção armada estrangeira pelos recursos naturais e neste caso o petróleo, continua sendo uma ameaça válida e não uma quimera.

Como agregação do anteposto e apesar de que Ramonet (2001) indica que em nossos dias as conquistas são dos mercados e não dos territórios como em outrora³⁹; a intervenção militar no Iraque do ano 2003 (OLI) e a recente crise do mês de fevereiro de 2010 entre a Argentina e o RU, como resultado da exploração petroleira nas Ilhas Malvinas por parte de empresas britânicas, insinuando-se inclusive o emprego do poder militar (dirimido oportunamente⁴⁰), demonstram que a conflagração para a proteção ou conquista territorial daquelas áreas que possuem petróleo, é uma realidade latente. Portanto se tem como premissa, que qualquer perturbação, interrupção no fornecimento ou agressão extra-regional aos países produtores de hidrocarbonetos da América do Sul, poderia trazer graves consequências para a integração energética da região.

³⁸ <http://www.mar.mil.br/atlantico2/imprensa/noticias/eb/27072010/1.html>

³⁹ Embora a conquista de mercados e de territórios neste caso parecessem similares em propósito (a obtenção de riquezas); são heterogêneos tanto na ação como nos meios empregados (dedução nossa).

⁴⁰ <http://www.ft.com/cms/s/0/1c20452a-1cca-11df-8d8e-00144feab49a.html>

4 O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A DEFESA SOBERANA DO PETRÓLEO

O decreto para o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL foi aprovado no Brasil, em ocasião da Cúpula Extraordinária da entidade, em dezembro de 2008. Rege-se pelos princípios consagrados na Carta da ONU, na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e nas decisões e mandatos emanados do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. O documento de decisão acorda que o CDS é uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa. A Declaração do Santiago do Chile, de março de 2009, apresenta entre outras iniciativas, a cooperação em matéria de defesa e coordenar a segurança externa das nações. No Plano de Ação 2010-2011, apresenta quatro eixos, ou seja: (i) políticas de defesa; (ii) cooperação militar e ações humanitárias; (iii) indústria e tecnologia da defesa e (iv) formação e capacitação. O CDS, dentro de seu Estatuto contempla no Artigo 3 letra j o seguinte princípio de atuação: “Fomenta a defesa soberana dos recursos naturais de nossas nações”. Mas, para compreender este princípio que *a priori* parece ambíguo, é necessário decompô-lo em termos literais.

Segundo o dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa, fomentar (do latim *fomentare*) significa promover o desenvolvimento ou o progresso, como também estimular e/ou facilitar. Quanto à **Defesa Soberana** (DS, grifo nosso), sua definição não é uma tarefa simples por sua grande complexidade de conceitos, não obstante para entender sua relação e contexto, apoiaremos-nos como base para orientar a análise do tema na Doutrina Militar de Defesa (DMD) (BRASIL, 2007, p. 18), onde se especifica a Defesa como: “o ato ou o conjunto de atos realizados para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança” e “O Estado, em seus diversos escalões de governo, detém os maiores encargos

de defesa. A magnitude e a natureza das ameaças balizarão as ações de defesa, podendo envolver parte ou todos os campos do Poder Nacional”.

Por sua parte **soberana** (grifo nosso) é o substantivo feminino relacionado ao poder soberano de um Estado, quer dizer, soberania. Sem pretender descrever ou determinar suas raízes já que não é a intenção central da idéia, tem-se que soberania de maneira simplificada de acordo a Silva e Gonçalves (2005, p. 228), implica o exercício exclusivo da autoridade do Estado em sua esfera doméstica, sobre seu território e sua população; assim como, sua plena participação na comunidade internacional, possível graças ao mútuo reconhecimento da autonomia a que os Estados têm direito em suas relações dentro do SI.

Segundo os termos empregados, deduz-se então embora não se estabelece uma relação direta na DMD, que a DS é sinônimo relativo à Defesa Nacional (DN). Ao estabelecer o Estado como principal garantidor da defesa, deriva-se o conceito do DN, que de acordo à Política de Defesa Nacional (PDN) (BRASIL, 2005), é “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. Em termos de Barrios (2009, p. 136), a DN é uma das tarefas primordiais do Estado, já que sua intenção é proteger à população, preservar o território nacional e resguardar a capacidade do Estado para o exercício de sua soberania frente a uma ameaça⁴¹ externa.

Podendo-se resumir, que a DS, é o conjunto de medidas e ações por parte do Estado, quem através do emprego do poder militar, pretende manter a segurança de seu território, de sua soberania e de seus interesses nacionais diante ameaças preponderantemente externas.

Quanto aos **recursos naturais** (grifo nosso), tem-se que são elementos disponíveis na natureza que o ser humano pode utilizar em seu benefício. Mas, quando

⁴¹ Percepção de uma ação real ou potencial, provocada por um eventual adversário a quem lhe supõe a intenção, a capacidade e a oportunidade para afetar negativamente interesses próprios (BARRIOS, 2009, p. 73).

cumprem certas características, tornam-se estratégicos (FIG. 12). Portanto, adquirem características vitais para o progresso e a soberania dos Estados (*e.g.* o petróleo descrito nos capítulos anteriores) e sua defesa constituem o cumprimento da ocupação principal levada a cabo por cada Estado (BARRIOS, 2009).

No concernente à expressão **nossas nações** (grifo nosso), convém primeiro fazer a referência de que o termo Nação tem diferentes enfoques e estudos, sem aprofundar neles ao igual que o caso de soberania, limitaremos-lo a sua origem composta pelas palavras latinas *nasci* (nascer) e *natío* (lugar de nascimento). Deduzindo-se então por nossas nações, o coletivo em geral dos Estados que integram a UNASUL.

Finalmente desde nosso enfoque, o objetivo de atuação em referência do CDS pode ser extrapolado como: Promover o desenvolvimento de medidas e ações, que envolvam o emprego do poder militar, para a defesa dos recursos estratégicos dos Estados que integram a UNASUL diante ameaças preponderantemente externas. Entretanto, uma vez tentado esclarecer tanto seu conteúdo como alcance continua sendo anfibológico, primeiro devido a que em teoria o CDS constrói os mecanismos para uma defesa regional de ameaças extras regionais e segundo não é considerado até o presente como um mecanismo de defesa regional como o é a Organização do Atlântico Norte (OTAN), por exemplo. Por isso é necessário, explorar outros enfoques relacionados para se localizar a posição atual do CDS tanto no cenário internacional como regional, e suas possíveis influências.

4.1 Relação entre a Segurança e Defesa

De acordo à DMD (BRASIL, 2007, p. 19), a defesa guarda estreita relação com os níveis de segurança (individual, comunitário, nacional e coletivo), podendo-se empregar instrumentos adequados dependendo da ameaça, que isoladamente ou em conjunto permitam

resguardar ou recompor a situação de segurança. Especificamente as Forças Armadas (FA), podem ser empregadas em um amplo espectro de atividades de defesa, devido a que a capacidade militar como essência da DN, cumpre um papel de coação e de efeito dissuasivo. O significativo dentro deste esquema, é que a segurança no âmbito externo expõe a sua vez no nível coletivo e a dimensão internacional respectivamente, a possibilidade do emprego das FA coligadas sobre a égide de um Órgão de Segurança Coletiva para garantir a segurança dos objetivos vitais do conjunto de Estados (coincidentes com o interesse nacional).

Handel (2001, p. 403), sintetiza em uma estrutura conformada por dos círculos que se interconectam diferentes demandas estratégicas. Dentro dos quais um deles encerra as ameaças que têm como resposta uma solução militar. Na parte oposta apresenta outro círculo que abrange assuntos que não possuem uma solução e não são de natureza militar. E entre os dois círculos uma área de intercessão, que se caracteriza por problemas que têm soluções militares parciais (FIG. 13).

Resulta claro que a Segurança engloba e envolve à Defesa, tem como instrumento participativo, embora não excludente, o instrumento militar para ser empregado em caso de ameaça potencial, ou efetiva, de ataque ao Estado. Assim, a Defesa compõe uma ação derivada da Segurança (FIG. 14). Nos níveis da segurança tradicional, o possível emprego do instrumento militar por parte dos Estados, inclui seu uso no marco de arquiteturas de segurança (BARTOLOMÉ, 2006).

Coalizões e Alianças

As coalizões segundo Walt⁴² (1996, conforme BARTOLOMÉ, 2006), são ‘acordos para a ação militar conjunta entre dois ou mais Estados’. Podem ser formais, apoiadas em um documento claramente definido ou informal como reação de contingências

⁴² WALT, Stephen, “Coalitions”, en Patrick Cronin (ed.): *2015: Power and Progress*, National Defense University Press, Washington, 1996, p. 83-114.

inesperadas. Adiciona Bartolomé (2006, p. 194), que as coalizões se geram e acordam sob um objetivo específico em épocas de crise, enquanto que as alianças podem ser mais permanentes e se estruturam em tempo paz, com a finalidade de incrementar as capacidades individuais como um tudo para obter um determinado objetivo de política externa a menor custo e maior benefício em conjunto.

Defesa Coletiva

Segundo Barrios (2009, p. 136), define-se “como um tratado pelo qual dois ou mais Estados garantem a assistência mútua em caso de um ataque externo”. Assinala como os exemplos mais sobressalentes neste tipo de acordo de segurança, a OTAN e à Organização de Estados Americanos (OEA). Embora, já a OTAN apresenta um antecedente de ativação para seu emprego em atividades ofensivas. A respeito Ramonet (2001, p. 148), diz que a guerra do Kosovo foi decidida unilateralmente pela OTAN sem que o CSNU a autorizasse explicitamente, constituindo o primeiro antecedente grave em que a ONU como única instância internacional para a resolução de conflitos e manutenção da paz foi desconsiderada.

Segurança Coletiva

Barrios (2009, p. 329), indica que se de um compromisso bilateral ou multilateral defensivo, de nível regional ou global, destinado a enfrentar uma ameaça à segurança comum ou individual que afete a um ou a todos os Estados parte. Neste sistema a comunidade aceita renunciar ao uso da força e ajudar a qualquer dos membros da comunidade no caso de que outro Estado recorra ao uso da força. É um sistema que contempla uma reação de força de parte da comunidade internacional em caso de quebrantamento da paz internacional.

O autor resenha que a diferença da Defesa Coletiva, a Segurança Coletiva está orientada para todo ataque desencadeado dentro da comunidade. Dando como exemplo nesta

oportunidade a ONU, que conforme aos artigos 41 e 42 de sua Carta, a comunidade internacional deve professar pressão sobre o responsável por quebrantar a paz, tanto por meio da coerção não militar como do emprego da força militar. Entretanto Bartolomé (2006, p. 197), pelo contrário sugere que a idéia de Segurança Coletiva, surge da combinação das capacidades militares de um conjunto de Estados para a defesa dos interesses em comum, diante uma ameaça externa.

Segurança Cooperativa

O conceito abrange o seguinte,

Define-se como um enfoque amplo da segurança de alcance multidimensional; enfatiza a confiança e a segurança, mais que a dissuasão; [...] supõe que os Estados são os atores principais no sistema de segurança. Surge como um complemento da **diplomacia preventiva**. Implica a discussão, a análise e os acordos das atividades militares incomuns; o incremento da cooperação militar entre os Estados. As missões de paz são tarefas comuns do modelo cooperativo, exemplo a Organização para a Segurança e a Cooperação Européia (OSCE)⁴³ (BAIRROS, 2009, p. 330, grifo nosso, tradução do autor).

De acordo às definições expressas, infere-se que tanto a Segurança Coletiva como a Cooperativa trabalham para o interior da organização, quer dizer procuram como meta a segurança entre os membros desta, embora mantenham ao Estado e seu poder militar como mecanismos de ação. Enquanto a Segurança Cooperativa atua antecipadamente, prevenindo o surgimento de conflitos que possam alterar a segurança dos Estados membros, a Segurança Coletiva atua neutralizando o conflito uma vez que este já surgiu. E entre ambas, a Segurança Coletiva está dirigida, mais bem, ao cenário global que ao regional. Pelo contrário a Defesa Coletiva obedece à resposta de estruturas organizacionais sólidas e constituídas (permanentes), cujos mecanismos podem sofrer transformações ou evolução no tempo, mas sustentam-se no emprego do poder militar para rebater ameaças alheias ao sistema do qual dependem.

⁴³ Combate o tráfico ilegal de seres humanos, de armas e de drogas, realiza controle do armamentismo, inspeciona fronteiras, luta contra o terrorismo, prevê conflitos, etc. (BARRIOS, 2009, p. 286).

Em complemento, o capítulo VIII da Carta da ONU aponta aos acordos regionais como uma instância prévia. Não obstante, a defesa dos interesses vitais do Estado é uma responsabilidade primária de suas FA, é neste campo onde se requer do maior ajuste entre o emprego de um modelo acostumado de SN e um modelo cooperativo (BARRIOS, 2009).

Teoria dos Complexos da Segurança Regional

Esta teoria (CSR) encontra-se fundamentada na obra do Barry Buzan e Ole Wæver (2003). Surge do princípio de que as dinâmicas de segurança são fenômenos relacionados, e que não se pode entender a SN de um Estado de forma independente. Segundo estes analistas (2003), no período pós-Guerra Fria existem três perspectivas teóricas-práticas que definem a estrutura mundial de segurança e sua configuração essencial incorpora quatro tipos de variáveis (QUADRO 4 e FIG. 15). Um de seus propósitos é evitar a tendência de penetração e influência de outras potências alheias ao entorno, assegurando seus fatores locais para obter uma posição de segurança conveniente. A definição do CSR apóia-se nas ações de segurança e às preocupações dos atores, portanto deve conter dinâmicas de securitização⁴⁴, quer dizer os atores da região securitizam-se entre si (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 56).

Em resumo e de acordo a nossa análise, a teoria do CSR proposta por Buzan e Wæver (2003) sugere a idéia conceitual de que os grupos regionais adotam complexos de segurança, devido principalmente a sua proximidade e a que as ameaças podem tornar-se comuns, mas também como contraparte a possível influência de poderes forâneos; sustentada pela complementaridade de suas unidades, quer dizer, por meio do Estado como instrumento de defesa e das Instituições como instrumento político de segurança. O QUADRO 5, mostra uma síntese dos tipos de complexos de segurança.

⁴⁴ Da politização (a questão pública) vai do no politizado (o Estado não lida com o assunto) ao politizado (é parte das políticas públicas) e, por fim previa aceitação das sociedades ou comunidades, ao securitizado (existência de uma ameaça, necessitando medidas de emergência); é um processo dinâmico porque a percepção em relação às fontes de ameaça pode mudar, assim como a forma de respondê-las (DE CONTI, 2009, p. 30).

4.2 Noções de Segurança e Defesa na América do Sul

Durante o período da Guerra Fria, no continente americano foram formulados e criados a Junta Interamericana de Defesa (JID) no ano 1942, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) no ano 1947 e a OEA no ano 1948, questionados por sua perda de vigência na realidade continental atual. Uma vez concluído este período, América do Sul começou a avançar em um processo de integração com o fortalecimento político dos blocos econômicos e numerosos acordos relacionados com a segurança e defesa (DE CONTI, 2009; GRIFFITHS, 2009).

Segundo De Carvalho (2009), embora ainda persistam obstáculos no espaço Sul Americano como problemas de relacionamento entre alguns Estados, diferentes interesses quanto à segurança e defesa, diversidade de modelos das Forças Armadas, objetivos de segurança distintos, emprego dos meios operacionais para atividades diversas, desigual consideração quanto ao tema das novas ameaças, entre outros, não é possível negar que a existência de vontades comuns, o desejo de um desenvolvimento da região e as oportunidades vinculadas ao setor defesa, exigirão um ambiente mais propício para a cooperação.

Os argumentos apresentados permitem a afirmação de que o CDS para obter o objetivo de atuação analisado, quer dizer, “Fomentar a Defesa Soberana de Nossos Recursos Naturais”, ajusta-se e se encontra emoldurado dentro da definição de Segurança Cooperativa, como medida preventiva diante o surgimento de ameaças e em base à colaboração em matéria de defesa, concretizado pelo denominado Plano de Ação 2010-2011.

Como complemento, no plano estatal a segurança é indevidamente heterogênea, não todos os Estados enfrentam as mesmas ameaças ou percebem como tais os mesmos fenômenos, nem valorizam de maneira similar os bens ou valores que podem ser afetados, ao igual as suas vulnerabilidades; por isso para alcançar a combinação das capacidades militares

de um conjunto de Estados para a defesa diante uma ameaça comum, esta deve afetar os interesses de todos os membros (BARTOLOMÉ, 2006).

Segundo Buzan⁴⁵ (1991, citado por BARTOLOMÉ, 2006) a intensidade de uma ameaça ante a visão de um Estado é influenciada por seis fatores: (i) especificidade de sua identidade (difusa ou específica); (ii) sua proximidade em tempo e espaço (distante ou próxima); (iii) sua probabilidade de ocorrência (pouca ou alta); (iv) as conseqüências que pode gerar (baixas ou altas) e a influência exercida pelas circunstâncias históricas (neutral ou amplificada) e de acordo com Rojas⁴⁶ (2002, conforme BARTOLOMÉ, 2006), os aspectos preventivos da Segurança podem ordenar-se de maneira sequencial, dando lugar a um processo evolutivo (QUADRO 6).

Deduz-se então de acordo ao apontado anteriormente, por um lado que o petróleo como recurso estratégico pode gerar uma ameaça específica, próxima, de alta probabilidade de ocorrência, com altas conseqüências demonstrado historicamente; e pelo outro como recurso necessário para concretizar a integração energética da região, pode transformar-se em um interesse comum que mereça a ativação das capacidades militares dos Estados integrantes da UNASUL, não descartando-se nem a possibilidade e nem a idéia de que o CDS, possa evoluir em primeira instância como poder dissuasivo a mecanismos de Segurança ou Defesa Coletiva no futuro próximo. Para finalizar, como recordado por Clausewitz⁴⁷ (1780-1831), “A superioridade numérica tanto na tática como na estratégia, é o elemento mais comum da vitória” (tradução do autor). Em tal sentido e de maneira ilustrativa, a FIG. 16, mostra uma relação comparativa entre os membros das FA dos Estados integrantes da UNASUL, dos EUA, da UE, da China, da Rússia e da Índia.

⁴⁵ BUZAN, Barry. *People, States and Fear: Na Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Lynne Rienner Publishers, Boulder (CO), 1991.

⁴⁶ ROJAS ARAVENA, Francisco, “Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad: perspectivas desde Chile”, *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 17 N° 1-2, Enero-Marzo, 2002, p. 32-43.

⁴⁷ CLAUSEWITZ. *De La Guerra*, p. 175.

5 CONCLUSÃO

De acordo à análise do estudo conseguido, tem-se que o petróleo é um recurso natural não renovável que contribui a maior percentagem da energia total primária que se consome no mundo e não tem perdido vigência desde suas primeiras aplicações industriais a finais do século XIX.

Como a matéria prima mais importante em termos políticos e econômicos, tem representado com o transcorrer do tempo a principal fonte de energia para o progresso dos Estados, mas a sua vez foco de controle, disputa, monopólio e conflitos, sendo capaz de tornar instável a OI contemporânea inclusive à luz da ONU e do Direito Internacional. Não descartando se futuras repercussões políticas, com novas possibilidades do emprego militar, dependendo das decisões sobre o tema, a relação entre a demanda e a oferta, assim como, da geografia da produção e da distribuição do óleo.

Trata-se de um produto estratégico *sui generis* de valiosa importância econômica e política, já que não apresenta um substituto equivalente no horizonte próximo. Seu intercâmbio está ligado à discrepância geográfica entre os Estados produtores e consumidores, apresentando como fator comum a interdependência de ambos para garantir seu desenvolvimento sustentável.

O esgotamento das reservas petrolíferas e a alta demanda fazem do petróleo uma mercadoria especial porque as variações em seus preços têm um impacto significativo na economia mundial e local dos Estados dependentes deste item.

A energia, em particular o petróleo, como aspecto transcendental na agenda de segurança dos EUA, a China, a UE, a Rússia e a Índia tomados como exemplos de comparação por seu evidente papel na OI, significa, pois, que o tema está deixando de ser visto de uma perspectiva econômica, e passou a ser examinado sob a óptica da SE ou da SN,

quer dizer, as potenciais intimidações a SE incidem direta e proporcionalmente na SN; a sua vez América do Sul não escapa desta realidade.

É responsabilidade do Conselho de Defesa Sul-Americano, dentro de suas funções como princípio de atuação fomentar a defesa soberana deste recurso para a integração energética da região base do desenvolvimento sustentável dos Estados integrantes da UNASUL, papel que em seu início o realiza da perspectiva da Segurança Cooperativa, sem descartar-se dependendo das implicações futuras, que evolua a um mecanismo de Segurança ou Defesa Coletiva.

Corroborando se em definitiva a premissa, que o petróleo devido a seu alcance passado, presente e futuro como principal fonte de energia mundial, constitui uma causa de conflitos no âmbito das Relações Internacionais e em consequência para os Estados, portanto, exerce influência em matéria de defesa sobre o CDS; por isso é tema referencial e de seguimento para novos estudos.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Jesús. Geopolítica y petróleo en la Cuenca del Caribe. **Nueva Sociedad**. n. 58, Enero-Febrero 1982. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/932_1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

AFP Y REUTERS. Interrupciones en la producción en Nigeria disparan petroprecios. **La Jornada Online**. 26 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2008/04/26/index.php?section=economia&article=023n1eco>>. Acesso em: 3 jul. 2010.

BARTOLOMÉ, Mariano César. **La seguridad internacional post 11-S: Contenidos, debates y tendencias**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2006.

BARRIOS, Miguel. **Diccionario sudamericano de seguridad y geopolítica** (Dir.). Buenos Aires: Biblos, 2009.

BBC Mundo. **Annan: “La Guerra en Irak fue ilegal”**. 16 sep. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/spanish/international/newsid_3661000/3661148.stm>. Acesso em: 23 mar. 2010.

BEAUFRE, General. **Introducción a la Estrategia**. Madrid: Ejército, 1980.

BERNAL, Pedro. Las fuentes energéticas. **Revista Española de Defensa**. Madrid, año 21, n. 239, p. 42-43, mar. 2008.

BLOOMBERG BUSINESSWEEK. **BP Spill Threatens Gulf of Mexico Oil, Gas Operations**. 5 maio 2010. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/news/2010-05-03/bp-spill-threatens-gulf-of-mexico-oil-gas-operations-update2-.html>>. Acesso em: 6 ago. 2010.

BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BORGES, Paulo. Análise da legalidade da intervenção no Iraque. **Revista da Escola de Guerra Naval: período especializado em estudos estratégicos**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 6-30, jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.484 de 30 de junho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional**, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. **Doutrina Militar de Defesa (MD51-M-04)**. 2 ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

_____. **Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais (EMA-135)**. Brasília: Marinha do Brasil, Estado-Maior da Armada, 2009.

BRITISH PETROLEUM (BP). **Statistical Review of World Energy June 2010**. Londres: BP, 2010. Disponível em: <<http://www.bp.com/bodycopyarticle.do?categoryId=1&contentId=7052055>>. Acesso em: 2 jul. 2010.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA. Operação Atlântico II. **Marinha do Brasil Online**. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/atlantico2/imprensa/noticias/eb/27072010/1.html>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

CLAUSEWITZ, General Carlos Von. **De La Guerra**. 2. ed. Madrid: Ejército, 1980.

COMUNIDAD ANDINA. Declaración Final de la Reunión Extraordinaria del Consejo de jefes y jefas de Estado de la Unión de Naciones Suramericanas. Buenos Aires, Argentina, 4 maio 2010. **UNASUR Documentos Online**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/unasur/4-5-10BuenosAires.htm>>. Acesso em: 28 maio 2010.

CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO. Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano. Santiago, Chile, 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/estatuto-cds>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. Creación del Consejo de Defensa Suramericano. **Declaración de Santiago de Chile Marzo 2009**. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/creacion-cds>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

_____. Plan de Acción 2010-2011. Quito, 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/plan-de-accion/plan-de-accion-2010-2011>>. Acesso em: 26 jul. 2010.

COSTA, Darc. **Estrategia Nacional: la cooperación sudamericana como camino para la inserción internacional de la región**. Tradução de Nené Werneck. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

DE CARVALHO, L. A.; GARAY, C.; CAYÓN, J. (Orgs.). **Segurança e Defesa na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2009.

DE CARVALHO, Leonardo. Conselho de Defesa Sul-Americano. In: _____. Curitiba: Juruá, 2009. p. 57-81.

DE CONTI, Graciela. **O Brasil e a Segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: UNESP, 2005.

DE SOUSA, Luis. O Pico do Petróleo. **Portal da Energia Online**, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.energiaportal.com/2009/03/o-pico-do-petroleo/>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

EFE. Unasur proyecta crear una empresa latinoamericana de energía. **Últimas Noticias**. 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/capriles/cadena-global/detalle.aspx?idart=2946546&idcat=56657&tipo=2>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **International Energy Outlook July 2010**. Washington, DC, 2010. Disponível em: <[http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/pdf/0484\(2010\).pdf](http://www.eia.doe.gov/oiaf/ieo/pdf/0484(2010).pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2010.

_____. **Energy Glossary**. Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/glossary/index.cfm>>. Acesso em: 2 ago. 2010.

_____. **International Energy Statistics**. Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://tonto.eia.doe.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm>>. Acesso em: 2 ago. 2010.

EUROPA. **Tratado de Lisboa**: llevar a Europa al siglo XXI. Disponível em: <http://europa.eu/lisbon_treaty/full_text/index_es.htm>. Acesso em: 24 jun. 2010.

FERREIRA, Aurélio. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Eletrônico - versão 5.11a. 3ª ed. rev. e atu. Curitiba: Positivo, [2004]. 1 CD-ROM.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristrina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREUND, Julien. **Sociología del Conflicto**. Madrid: Ejército, 1995.

FUERTH, Leon. Energy, Homeland, and National Security. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 411-424.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Venezuela y Brasil afianzan cooperación con acuerdo de la refinera Abreu e Lima. **Venezolana de Televisión Online**. 30 out. 2009. Disponível em: <<http://www.vtv.gov.ve/noticias-econ%C3%B3micas/25594>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

GRIFFITHS, Jhon. Una mirada regional a las nociones de Seguridad y Defensa. In: DE CARVALHO, L. A.; GARAY, C.; CAYÓN, J. (Orgs.). **Segurança e Defesa na América Latina**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 41-55.

HAMILTON, Lee. Foreword. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. xxi-xxiii.

HANDEL, Michael I. **Master of War: classical strategic thought**. London: Frank Cass Publishers, 2001.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. A Uni-multipolar World?. **American Enterprises Institute for Public Policy Research Online**, Washington, 1998. Disponível em: <<http://www.aei.org/article/15406>>. Acesso em: 12 maio 2010.

ISBELL, Paul. Reexaminado la Seguridad Energética. **Real Instituto Elcano Online**, 11 dez. 2007. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/ARI2007/ARI123-2007_Isbell_seguridad_energ%C3%A9tica.pdf>. Acesso em: 25 maio 2010.

KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005.

KALICKI, Jan; GOLDWYN, David. Introduction: The Need to Integrate Energy and Foreign Policy. In: _____. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 1-16.

KENDERDINE, Melanie; MONIZ, Ernest. Technology Development and Energy Security. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 425-459.

KHANNA, Parag. **O segundo mundo**: impérios e influência na nova ordem global. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

KLARE, Michael. **Guerra por los Recursos**: el futuro escenario del conflicto global. Barcelona: Urano, 2003.

LUFT, Gal; KORIN, Anne. Terrorism Goes to Sea. **Foreign Affairs**. vol. 83, nr. 6, p. 61-71, november/december 2004.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MCNEILLY, Mark. **Sun Tzu e a arte da Guerra Moderna**. Tradução de Luiz Carlos Do Nascimento Silva. 2. ed. São Paulo: Record, 2004.

MYERS, Amy; MEDLOCK, Kenneth. China and Northeast Asia. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 267-289.

NANAY, Julia. Russia and the Caspian Sea Region. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 127-147.

NEFF, Shirley. North America. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security**: toward a new foreign policy strategy. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 357-375.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

OLSEN, Willy. The North Sea. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 337-355.

PALAZUELOS, Enrique. La situación petrolera actual: jugadores, espacios y mecanismos de intercambio. **Real Instituto Elcano Online**, 16 dez. 2009. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/a6be738040b0f7b78424d6457bfe70e7/DT64-2009_Palazuelos_situacion_petrolera_jugadores_espacio_intercambio.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a6be738040b0f7b78424d6457bfe70e7>. Acesso em: 25 maio 2010.

PEREIRA, João. Petróleo e Gás Natural: aspectos geopolíticos contemporâneos e perspectivas brasileiras. In: SEMINÁRIO DE GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DIREITO INTERNACIONAL, 2., 2010, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 12 slides. Apresentação eletrônica.

RAMONET, Ignacio. **Guerras do Século XXI: novos temores e novas ameaças**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROSA, Bruno. Petrobras lucra mais 23%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 maio 2010. Caderno economia, p. 25.

SÁNCHEZ, Fernando. América Latina y la búsqueda de un nuevo orden energético mundial. **Nueva Sociedad: Geopolítica de la energía**. N. 204, Julio/Agosto 2006. Disponível em: <<http://www.nuso.org/revista.php?n=204>>. Acesso em: 23 maio 2010.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHLESINGER, James. Foreword. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. xiii-xvi.

SIEMINSKI, Adam. World Energy Futures. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 21-50.

SILVA, Guilherme; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2005.

SIMÕES, Eduardo. Jogos de Guerra simulam defesa do petróleo em águas brasileiras. **O Globo**. 12 sep. 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/09/12/jogos_de_guerra_simulam_defesa_do_petroleo_em_aguas_brasileiras-548202236.asp>. Acesso em: 25 jun. 2010.

_____. Militares expandem simulação de ataque ao pré-sal. **O Globo**. 13 jul. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/07/13/militares-expandem-simulacao-de-ataque-ao-pre-sal-917139348.asp>>. Acesso em: 28 jul 2010.

SOHR, Raúl. **Claves para entender la Guerra: un libro indispensable para pensar todo conflicto moderno**. Santiago de Chile: Mondadori, 2003.

TeleSUR - EFE / dg – PLL. Consejo de Defensa Suramericano se enfocará en asuntos regionales. **TeleSur Online**. 2 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/44039-NN/consejo-de-defensa-suramericano-se-enfocara-en-asuntos-regionales/>> Acesso em: 23 jul. 2010.

TEXEIRA, Francisco. Os Estados Unidos e a guerra contra o terrorismo, 2001-2008. In: _____. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 11-39.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance 2009**. London: The annual assessment of global military capabilities and defense economics, 2009.

TUCÍDIDES. **Historia de la Guerra del Peloponeso**. Traducción de Diego Gracián. Barcelona: Orbis, 1986.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. President George W. Bush. **Discurso Ante una Sesión Conjunta del Congreso y El Pueblo Estadounidense**. Oficina del Secretario de Prensa, 20 sep. 2001. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.es.html>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

_____. _____. President George W. Bush. **President Bush: Monday "Moment of Truth" for World on Iraq**. Office of the Press Secretary, 16 mar. 2003. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030316-3.html>>. Acesso em: 30 abr 2010.

_____. Annual Report to Congress 2009. **U.S.-China a Economic and Security Review Commission**. Disponível em: <http://www.uscc.gov/annual_report/2009/annual_report_full_09.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2010.

_____. Department of the Interior: Geological Survey. **Venezuela Holds One of the Largest Oil Accumulations**. Disponível em: <<http://www.usgs.gov/newsroom/article.asp?ID=2386>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

_____. _____. **National Security Strategy**: May 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2010.

UNITED NATIONS. Department for Disarmament Affairs. **Concepts of Security**. New York, 1986. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/HomePage/ODAPublications/DisarmamentStudySeries/PDF/SS-14.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2010.

_____. **Charter of the United Nations**. San Francisco, 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/intro.shtml>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

VIDIGAL, Armando F. As relações Internacionais sob a perspectiva da segurança. **Revista Marítima Brasileira**. 1º. Trimestre, p. 107-144, 2006.

WAACK, William. Guerras do Golfo. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 453-477.

WEBBWE, Jude; BARKERIN, Alex. Tensions rise over Falklands oil exploration. **Financial Times Online**. 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/1c20452a-1cca-11df-8d8e-00144feab49a.html>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

YEGRIN, Daniel. Energy Security and Markets. In: KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (Eds.). **Energy & Security: toward a new foreign policy strategy**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 51-64.

ZHEBIT, Alexander; TEXEIRA, Francisco (Orgs.). **Neoterrorismo: reflexões e glossário**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

ZHEBIT, Alexander. A construção da estratégia global antiterrorista. In: _____. Rio de Janeiro: Gramma, 2009. p. 41-60.

APÊNDICE A – Cronologia das Ordens e Arquétipos das Polaridades Internacionais

QUADRO 1

Tipos de Ordens na história

Classificação	Descrição
A Ordem do Sagrado	Preponderou até o 4000 a.C., imperando em uma época em que a humanidade se organizava em pequenos núcleos. O poder era atribuído ao sacerdote, quem continha a violência e gerava ordem mediante a hierarquização social em relação ao sagrado. Cada um negociava o que tinha intenção de ceder, dando passo à forma principal de intercâmbio de bens.
A Ordem da Força	Consolida-se por volta do 4000 a.C., quando os povoados se reagrupavam sob a influência de fatores demográficos e agrícolas. A força suplantava ao sagrado para canalizar as rivalidades e hierarquizar as disputas; através da força se regulava o intercâmbio de mercadorias. A correlação do sagrado se circunscreve aos governantes.
A Ordem do Dinheiro ou Mercantil	<p>Surge claramente a partir do ano 1000 d.C., a aparição do dinheiro introduz o conceito de que todas as coisas podem ser expressas em uma medida única (equivalente universal). A força e a lei eram os instrumentos para acumular poder, quer dizer, dinheiro (a rivalidade era expressa pela acumulação de dinheiro). A relação do sagrado perdia importância. Atualmente a Ordem do Dinheiro está vigente e em evolução desde 1300 d.C., originando-se sucessivas “formas mercantis”. Pese ao passo do tempo, mantém um mesmo padrão de três características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um Motor: a demanda e a produção industrial se encontram motorizados por um ou mais bens de consumo específicos. • Uma estrutura geográfica, que se divide em três espaços concêntricos: <ul style="list-style-type: none"> - O Coração: cidade ou região que concentra o essencial dos poderes financeiros, técnicos, culturais e ideológicos. De ali, controlam-se os mercados, inventários, preços, salários e mão-de-obra. Sua moeda domina os intercâmbios internacionais. - O Meio: composto por antigos e futuros Corações; alto grau de desenvolvimento e adquire seus produtos ao Coração. - A Periferia: exporta suas matérias primas e seu trabalho ao Coração, mas não pode acessar às riquezas deste. • Uma duração limitada: sua estabilidade está sujeita a sua capacidade de manter com um determinado custo, a demanda de seus produtos. Quando essa relação se altera e se eleva o custo da manutenção da demanda, inicia-se o esgotamento da forma mercantil e se ingressa em estado de crise.

Fonte: BARTOLOMÉ, 2006, p. 65–66.

QUADRO 2

Modelos das polaridades de Metz

Unipolar		
	Unipolaridade imperial	Unipolaridade consensual
Princípios reitores	<ul style="list-style-type: none"> • As unidades de menor hierarquia não desafiam diretamente ao pólo. • A quantidade de rivalidade na periferia é determinada pela tolerância do pólo.* • As unidades de menor hierarquia articulam alianças e acordos para limitar o poder do pólo, dentro de parâmetros aceitos por este. 	<ul style="list-style-type: none"> • O poder e a autoridade do pólo crescem a partir do consentimento das unidades de menor hierarquia. • A quantidade de rivalidade na periferia é determinada pela tolerância do pólo*. • A busca dos objetivos das unidades chegam até os limites que impõe o emprego da força.
Fontes de conflito	<ul style="list-style-type: none"> • Desacordos criados pela incapacidade do pólo para traduzir seu poder militar em vínculos econômicos e culturais comuns com as unidades menores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade do pólo para impor sua vontade às unidades de segundo nível de maneira negociada.
Padrões de mudança	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento ou perda de vontade hegemônica do pólo, e dispersão de poder. • Desconformidade de uma ou mais unidades de segundo nível com esse <i>status</i>. • Aparição de um “perturbador” da ordem que leva adiante seu desafio de maneira bem-sucedida. 	
Papel do poder militar	<ul style="list-style-type: none"> • Alto, usado pela unidade hegemônica para reter seu poder e, ao debilitar-se, por seus competidores para incrementar seu poder. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo.
<i>* A tolerância da rivalidade na periferia está acostumada guardar relação com o risco de afetação do sistema.</i>		
Bipolar		
	Bipolaridade conflitante	Bipolaridade consensual
Princípios reitores	<ul style="list-style-type: none"> • Contenção e expansão da influência própria a expensas do outro pólo (“soma zero”). 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação das esferas de influência.
Fontes de conflito	<ul style="list-style-type: none"> • Uma área tem uma pertença difusa a uma ou outra esfera de influência. • Um ator decide mudar de esfera de influência.* • Um dos pólos percebe uma debilidade na contrapartida, e decide explorá-la em seu próprio benefício. • Existe uma percepção errada, desde um dos pólos, sobre as intenções e capacidades da contrapartida. 	
Padrões de mudança	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento de um dos pólos, ou de ambos, usualmente por razões vinculadas com o funcionamento intrabloco, embora estas podem ser exacerbadas ou aceleradas pelo outro pólo. 	
Papel do poder militar	<ul style="list-style-type: none"> • Alto, empregado em forma dissuasiva frente ao oponente, coercitiva para reter o controle sobre unidades menores, e para prevalecer na competência em regiões indefinidas do sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo, empregado em forma dissuasiva e coercitiva, para preservar a ordem intrabloco, só quando falham todos os recursos não coercitivos.
<i>* Em caso de que o bloco esteja definido por ideologia ou cultura, não por geografia.</i>		
Multipolar		
	Multipolaridade conflitante	Multipolaridade consensual
Princípios reitores	<ul style="list-style-type: none"> • Contenção e expansão da influência própria a expensas de outro(s) pólo(s) (“soma zero”). • Preservação da ordem <i>ad intra</i> dos blocos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação das esferas de influência e cooperação com os outros pólos na preservação da ordem.
Fontes de conflito	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento excessivo de um dos pólos, a expensas dos outros. 	
Padrões de mudança	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças na conformação de coalizões entre os pólos. • Enfraquecimento interno dos pólos. • Mudança de pólo por parte dos atores*. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças na conformação de coalizões entre os pólos. • Enfraquecimento interno dos pólos.
Papel do poder militar	<ul style="list-style-type: none"> • Alto, empregado por um pólo para incrementar seu poder a expensas de outro(s), para deter o crescimento excessivo de outro pólo em detrimento dos outros, e para preservar a ordem intrabloco. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo, limitado a punir um perturbador do sistema.
<i>* Em caso de que o bloco esteja definido por ideologia ou cultura, não por geografia.</i>		

Fonte: BARTOLOMÉ, 2006, p. 71–72.

APÊNDICE B – Desdobramento militar próximo às principais reservas petrolíferas

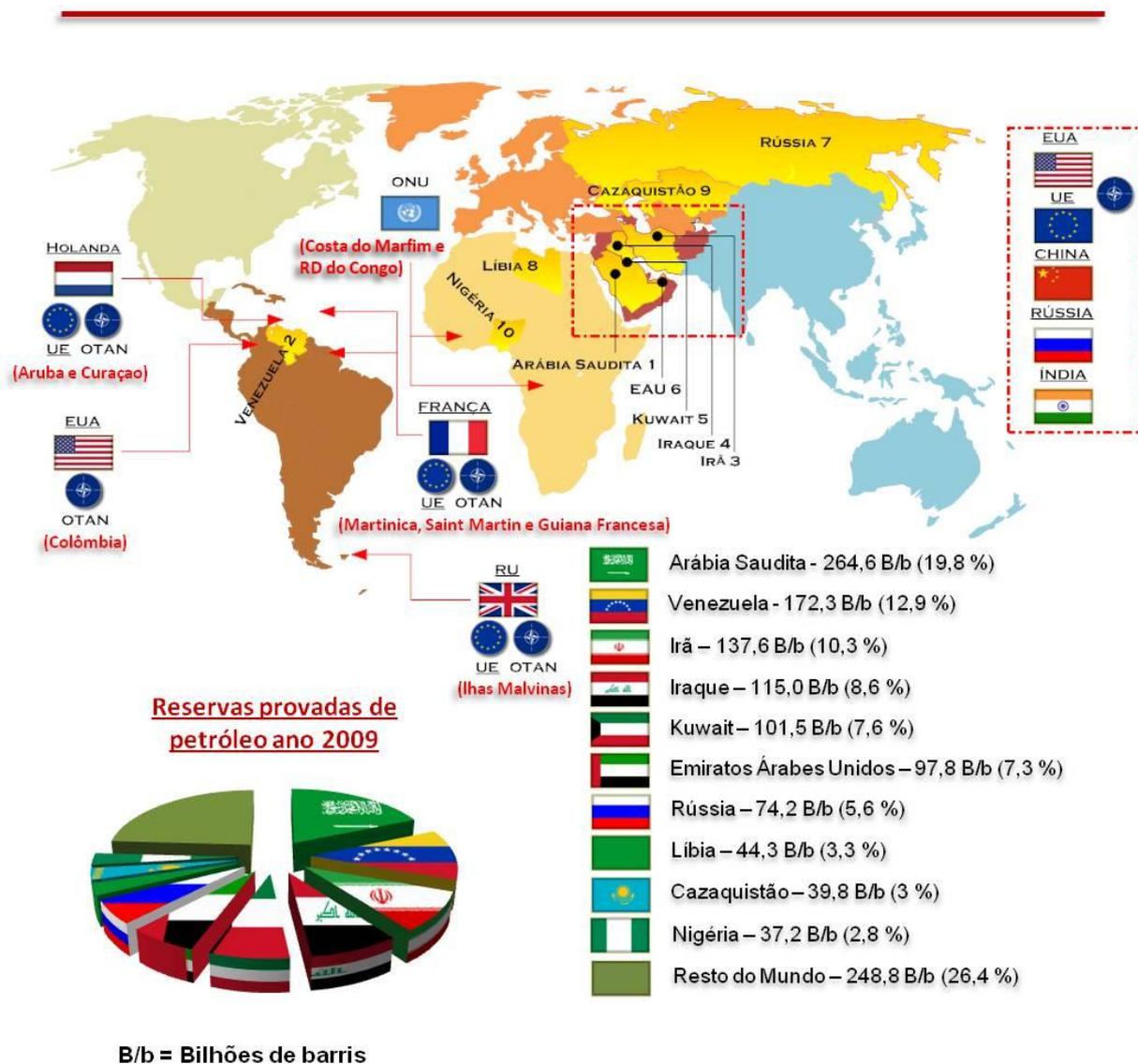


FIGURA 1 – Desdobramento ou presença militar forânea nas proximidades das principais reservas de petróleo do Mundo no ano 2009.

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Oil Section*, p. 6; *The Military Balance 2009*.

APÊNDICE C – Estatísticas da Energia

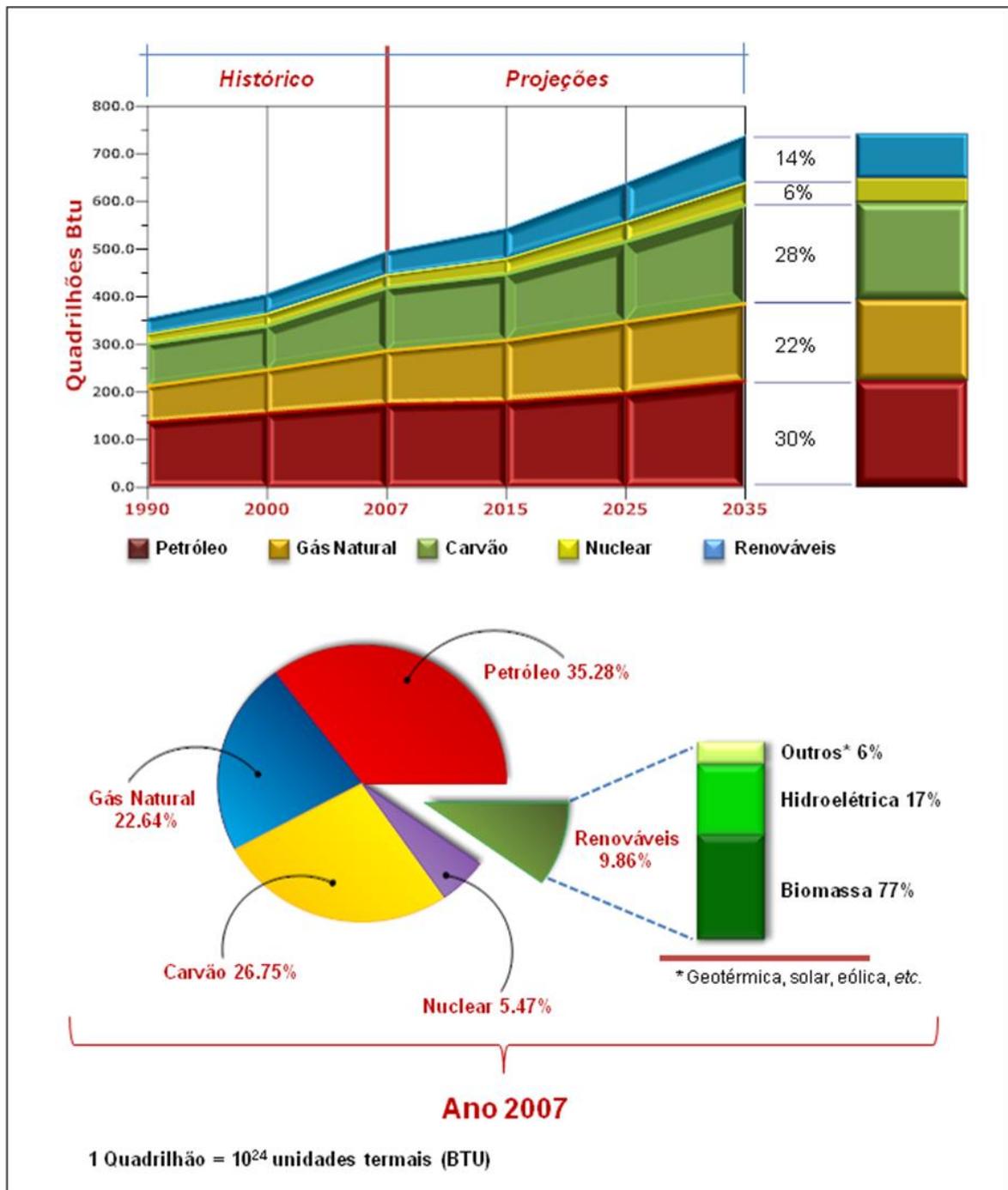


FIGURA 2 – Consumo mundial de energia por tipo de combustível e projeções para o ano 2035.

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). *International Energy Statistics*. < <http://tonto.eia.doe.gov/cfapps/ipdbproject/IEDIndex3.cfm> >

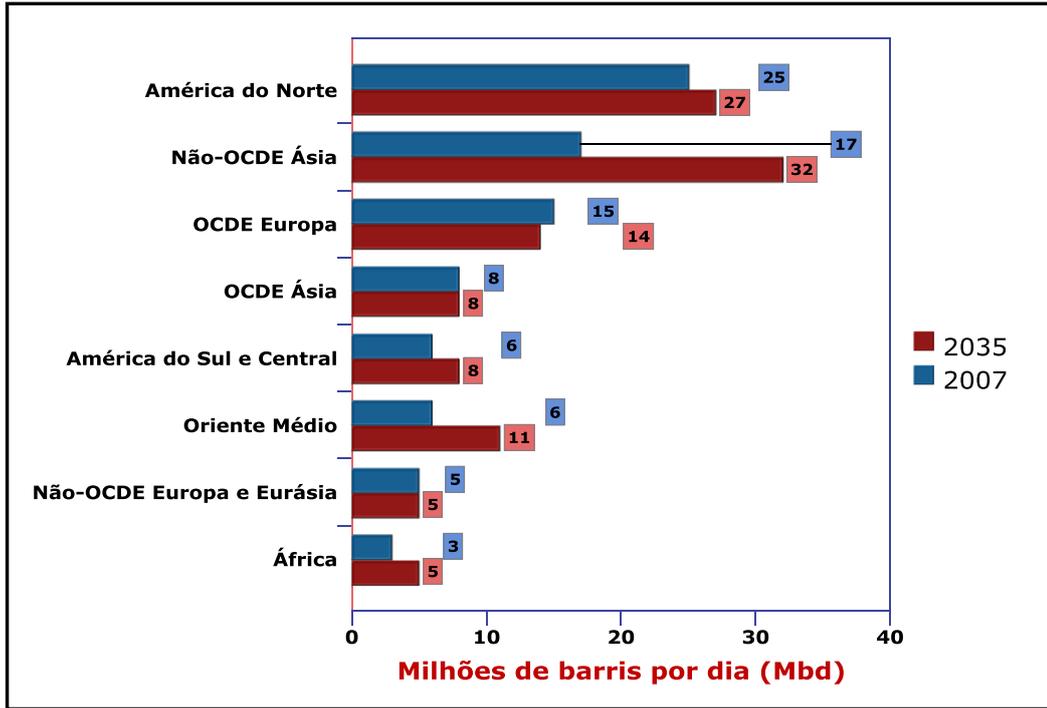


FIGURA 3 – Estimativas da demanda de combustíveis líquidos por região e grupo de Estados, entre os anos 2007 e 2035 (petróleo e derivados).

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). *International Energy Outlook* 2010, p. 23.

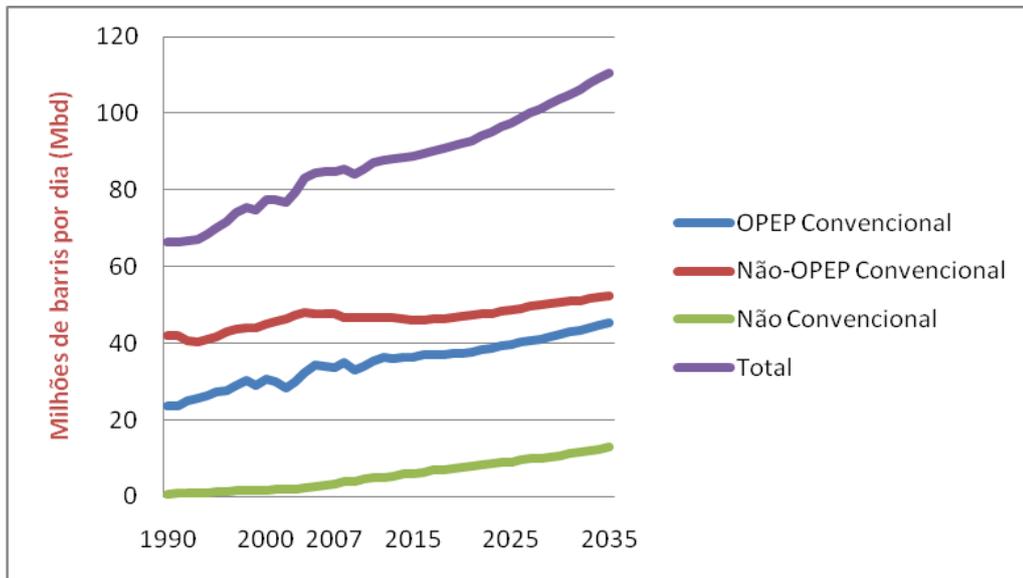


FIGURA 4 – Estimativas da produção de combustíveis líquidos entre os anos 2007 e 2035 (petróleo e derivados).

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). *International Energy Outlook* 2010, p. 23.

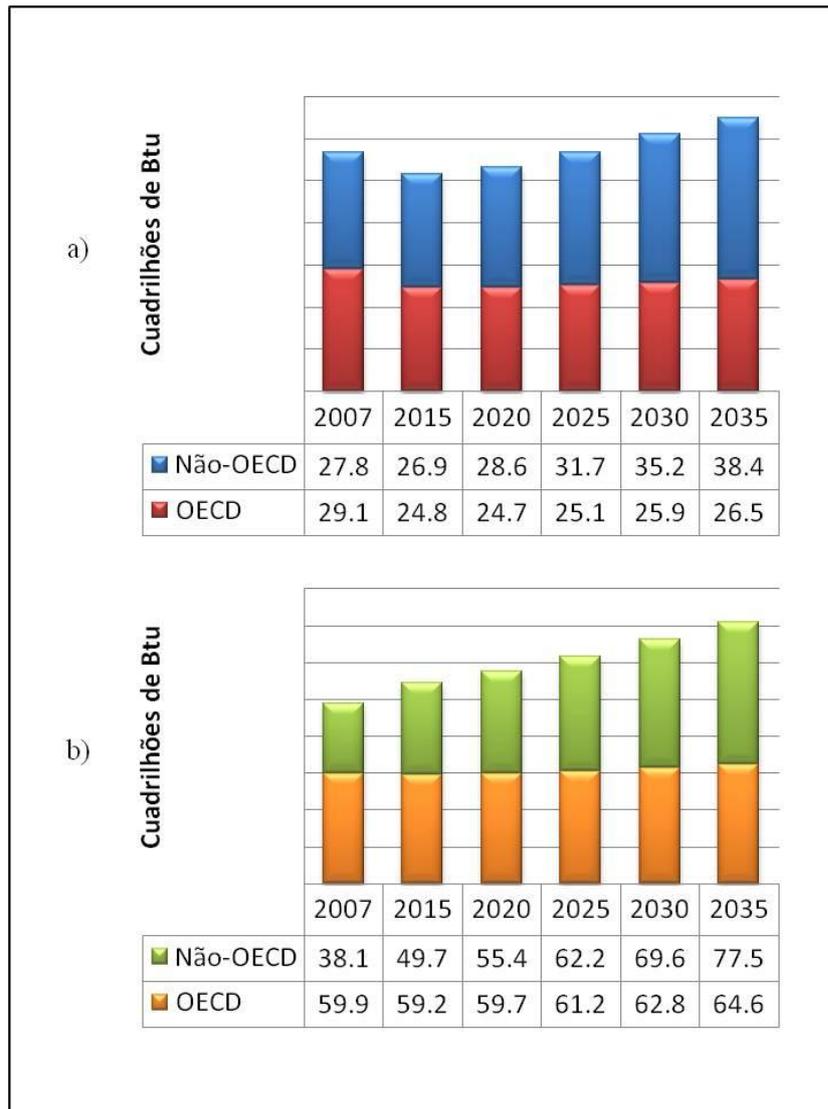


FIGURA 5 – Estimativas do consumo de combustíveis líquidos, entre os anos 2007 e 2035 (petróleo e derivados).

a) Setor Industrial

b) Setor Transporte

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). *International Energy Outlook 2010*, p. 97-110.

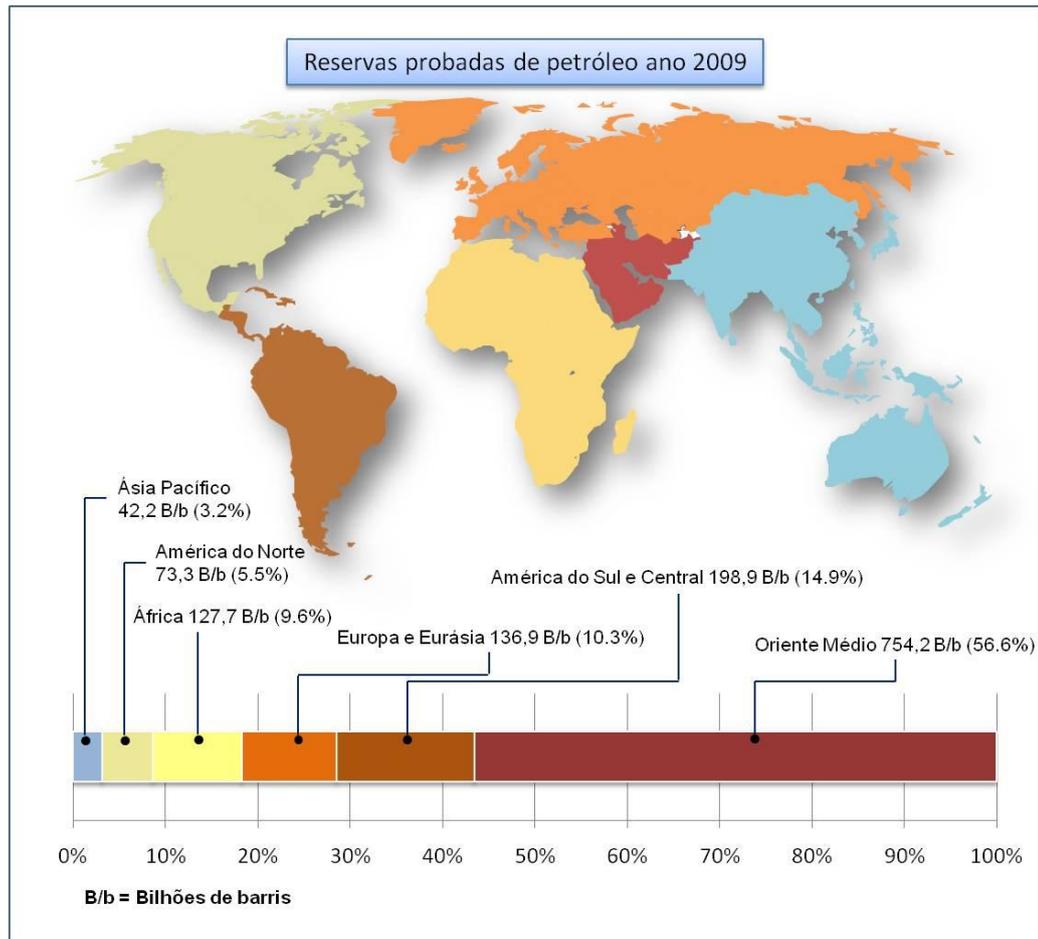


FIGURA 6 – Reservas provadas de petróleo por regiões (ano 2009).

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 – Oil Section*, p. 6.

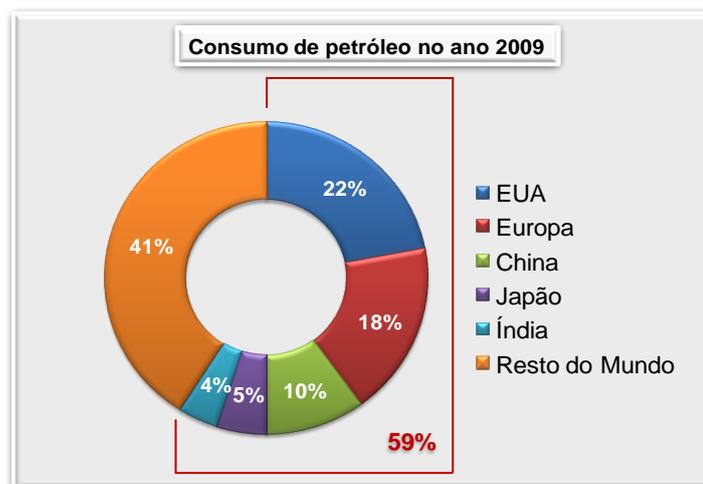


FIGURA 7 – Principais consumidores de petróleo no ano 2009.

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 – Primary Energy Section*, p. 41.

APÊNDICE D – Segurança Energética e Segurança Nacional

QUADRO 3

Princípios da Segurança Energética

• Diversificação da oferta.	É um dos principais aspectos da segurança e, de fato, é o ponto de partida da segurança energética. A ampliação das fontes de abastecimento compensam o fornecimento.
• Reconhecimento por parte das autoridades de que existe só um mercado petrolífero.	A segurança reside na estabilidade deste mercado global.
• Capacidade de resposta para a demanda.	A segurança exige uma capacidade de resposta oportuna, por cima dos níveis normais de produção.
• Mercado petrolífero flexível.	A intervenção e os controles podem ser muito contraproducentes, dificultando o sistema de fornecimento com rapidez.
• Cooperação nas relações.	Baseadas em interesses comuns, entre os Estados produtores e consumidores.
• Diálogo permanente.	Sobretudo se a demanda de energia aumenta abruptamente.
• Segurança proativa entre produtores e consumidores.	Prevenção e resposta, diante ameaças físicas ou ataques às redes de fornecimento. Vigilância, controle e detecção.
• Evitar a tensão ou a interrupção dos mercados petrolíferos.	Já que geram ascensão nos preços do petróleo e pânico na opinião pública.
• Sistema saudável, impulsionado pela tecnologia.	A indústria energética é necessária para a segurança energética.
• Compromisso com a investigação, o desenvolvimento e a inovação.	Em longo prazo, representam a base para a transição a novos sistemas de energia.

Fonte: YEGRIN, 2005, p. 55-57.

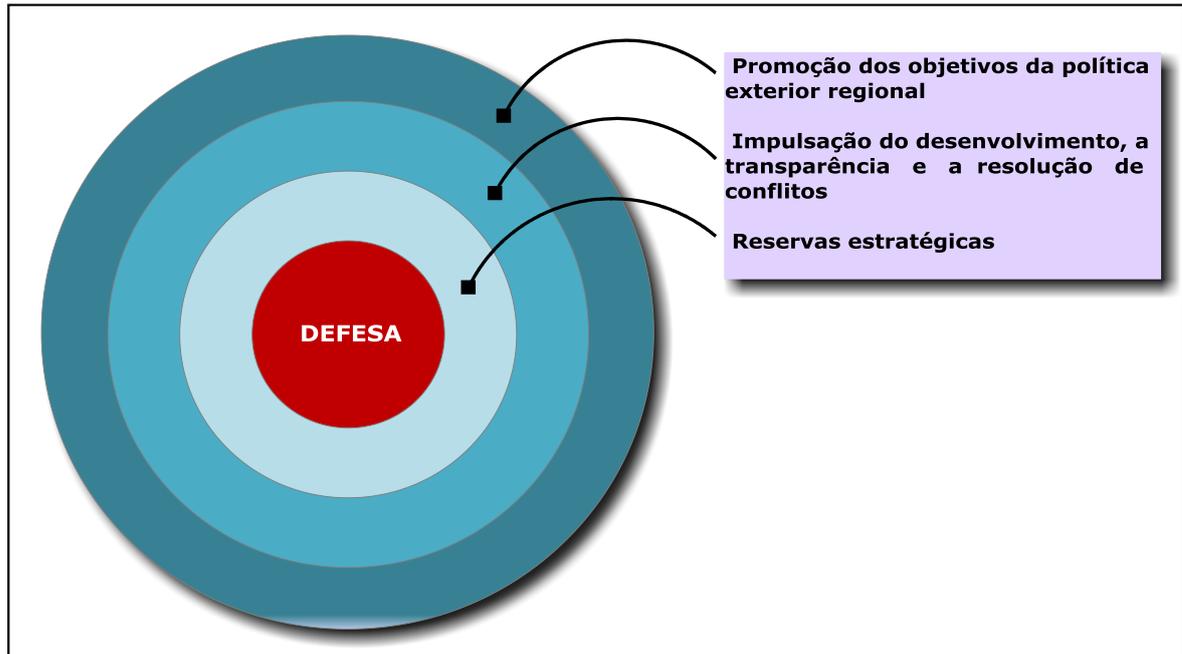


FIGURA 10 – Relação entre a energia, a política externa e a Segurança Nacional

Fonte: KALICKI; GOLDWYN, 2005, p. 571.

APÊNDICE E – Reservas petroleiras da América do Sul

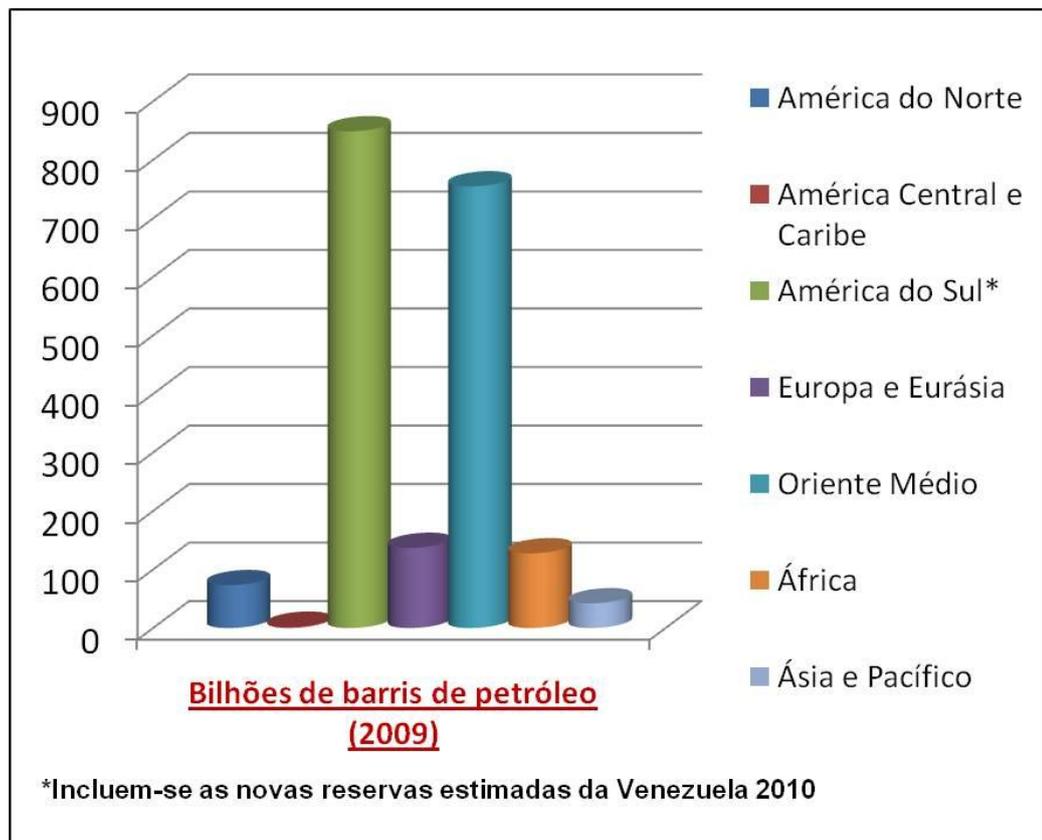


FIGURA 11 – Reservas petroleiras da América do Sul em comparação com o resto das regiões do Mundo (incluindo as novas reservas estimadas da Venezuela 2010)

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Oil Section*, p. 6; <<http://www.usgs.gov/newsroom/article.asp?ID=2386>>.

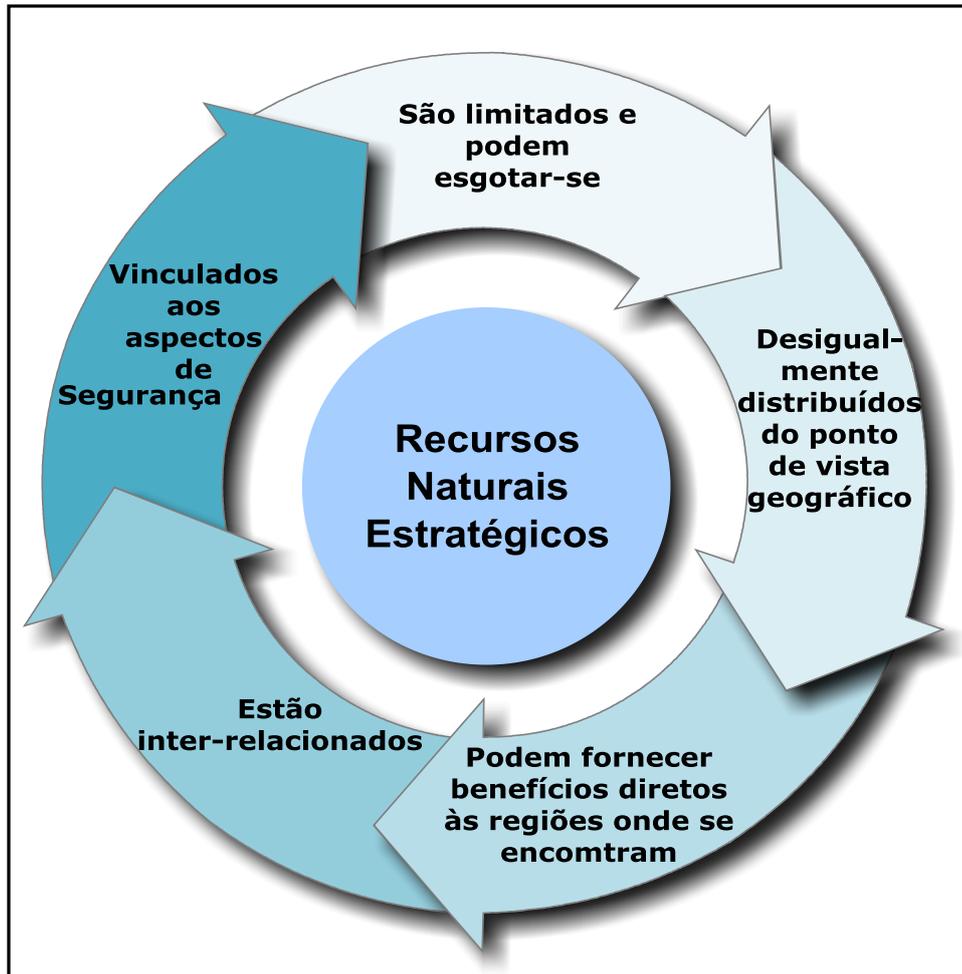
APÊNDICE F – Recursos Naturais Estratégicos

FIGURA 12 – Características dos Recursos Naturais Estratégicos

Fonte: BARRIOS, 2009, p. 220.

APÊNDICE G – Relação entre a Segurança e Defesa

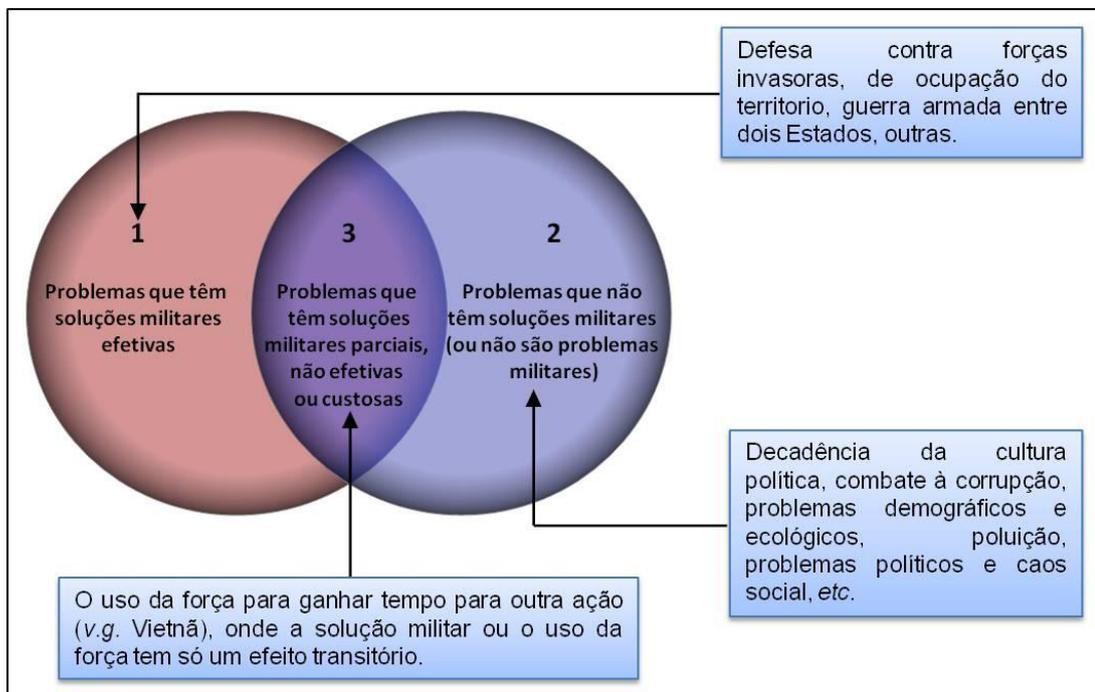


FIGURA 13 – Os problemas e as soluções militares.

Fonte: HANDEL, 2001, p. 403.



FIGURA 14 – A Pirâmide Estratégica.

Fonte: BARTOLOMÉ, 2006, p. 132.

APÊNDICE H – Teoria dos Complexos da Segurança Regional

QUADRO 4

A Ordem de Segurança pós-Guerra Fria

Perspectivas Teóricas	
<ul style="list-style-type: none"> • Neo-realismo 	<p>É Estadocêntrica. Seu debate é sobre a distribuição de poder no SI, que determina a política mundial (e também com isso a segurança), a estrutura e a interação do Estado com a balança da lógica de poder. Sua interpretação da segurança internacional pós-Guerra Fria, assume que houve uma mudança na estrutura de poder a nível mundial (conclusão da bipolaridade), e seu propósito é identificar a natureza desse fato com o fim de determinar suas conseqüências. Não põe em dúvidas a supremacia da escala mundial, porém sua busca de mudança se limita a uma estreita gama de opções dentro desse nível: a unipolaridade ou multipolaridade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Global ou Globalização 	<p>Antítese do realismo (e do neo-realismo). Tem suas raízes sobre tudo nos enfoques culturais, transnacionais e internacionais da economia política. Em termos da estrutura, representa uma alternativa ao enfoque neo-realista centrado no Estado. A Globalização reconhece a função independente das entidades transnacionais e corporações, as organizações sociais e políticas não governamentais, assim como, as organizações intergovernamentais. Centra-se em que a soberania territorial como princípio ordenador da atividade humana foi redefinido, envolvendo atores e níveis de diferentes tipos. O Estado é freqüentemente um jogador nestas redes, mas não necessariamente exerce o controle delas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Regional 	<p>Parte de dois supostos, o primeiro em que a redução da rivalidade entre as superpotências (EUA e a ex-URSS) diminui a influência de penetração dos interesses do poder global no resto do mundo; e segundo que a dinâmica interna da maioria das grandes potências, deve afastá-las da intervenção militar, assim como, de seu enfoque estratégico nas zonas conflitantes do planeta, deixando, portanto aos Estados e às sociedade locais (regionais) a solução de suas relações político-militares, com menos interferência das grandes potências. Contém elementos tanto do neo-realismo como da globalização, mas dá prioridade a outro nível de análise; dado que tanto a perspectiva neo-realista como os enfoques regionalistas têm sua origem na territorialidade e a segurança.</p>

Fonte: BUZAN; WAEVER, 2003, p. 6-11.



FIGURA 15 – Variáveis da estrutura essencial de um CSR

Fonte: BUZAN; WAEVER, 2003, p. 53.

QUADRO 5

Tipos de Complexos de Segurança

Tipo	Características Chave	Exemplo(s)
<ul style="list-style-type: none"> • Padrão 	Polaridade determinada pelos poderes regionais.	Oriente Médio, América do Sul, Sudoeste Asiático, Nordeste da África e África do Sul.
<ul style="list-style-type: none"> • Centrado 		
- Superpotência	Unipolar centrado numa superpotência.	EUA
- Grande potência	Unipolar centrado numa grande potência.	Nenhuma.
- Potência regional	Unipolar centrado numa potência regional.	UE.
- Institucional	A região adquire o papel de ator através das instituições.	Comunidade de Estados Independentes (CIS, em inglês), potencialmente Ásia do Sul.
<ul style="list-style-type: none"> • Grande potência 	Bi ou multipolar com grandes potências e pólos regionais.	Europa pré-1945, Ásia Oriental.
<ul style="list-style-type: none"> • Super complexos 	Forte nível inter-regional de segurança dinâmica, derivado do transbordamento de grandes potências dentro das regiões adjacentes.	Ásia Oriental e do Sul.

Fonte: BUZAN; WAEVER, 2003, p. 62.

APÊNDICE I – Tipologia das Medidas de Construção de Confiança e Segurança

QUADRO 6

Classificação do chileno Francisco Rojas Aravena

Tipo	Objeto	Medidas
Erradicação da desconfiança	Atuar sobre os elementos que ameaçam a relação, evidenciando que não existe um comportamento agressivo.	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção do conflito. • Construção de canais de comunicação. • Erradicação de fontes de suspeita. • Melhoras no conhecimento mútuo. • Estabelecimento de princípios reitores de uma nova relação. • Avance em ações unilaterais.
Construção da confiança	Estabelecer um conjunto sistemático de ações que permitam estruturar um novo padrão de relação.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um processo com promessas satisfeitas mediante ações efetivas. • Estabelecer marcos de regulação institucional sobre a base de princípios usualmente estabelecidos. • Coerência entre medidas domésticas, acordos internacionais e o novo padrão de relação procurado.
Aprofundamento da confiança	Geração de ações associativas e cooperativas de alto nível, transcendendo o plano da Defesa e a Segurança.	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de ações associativas. • Desenvolvimento de atividades combinadas. • Iniciativas com capacidade de amplificação. • Avance em direção de medidas de alta sensibilidade.
Planificação da cooperação	Estabelecimento de uma aliança político-estratégica caracterizada pela conformação de estruturas, vínculos e redes de interdependência.	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de Exterior e de Segurança comuns.

Fonte: BARTOLOMÉ, 2006, p. 207.

APÊNDICE J – Membros das Forças Armadas da UNASUL, dos EUA, da UE, da China, da Rússia e da Índia no ano 2009

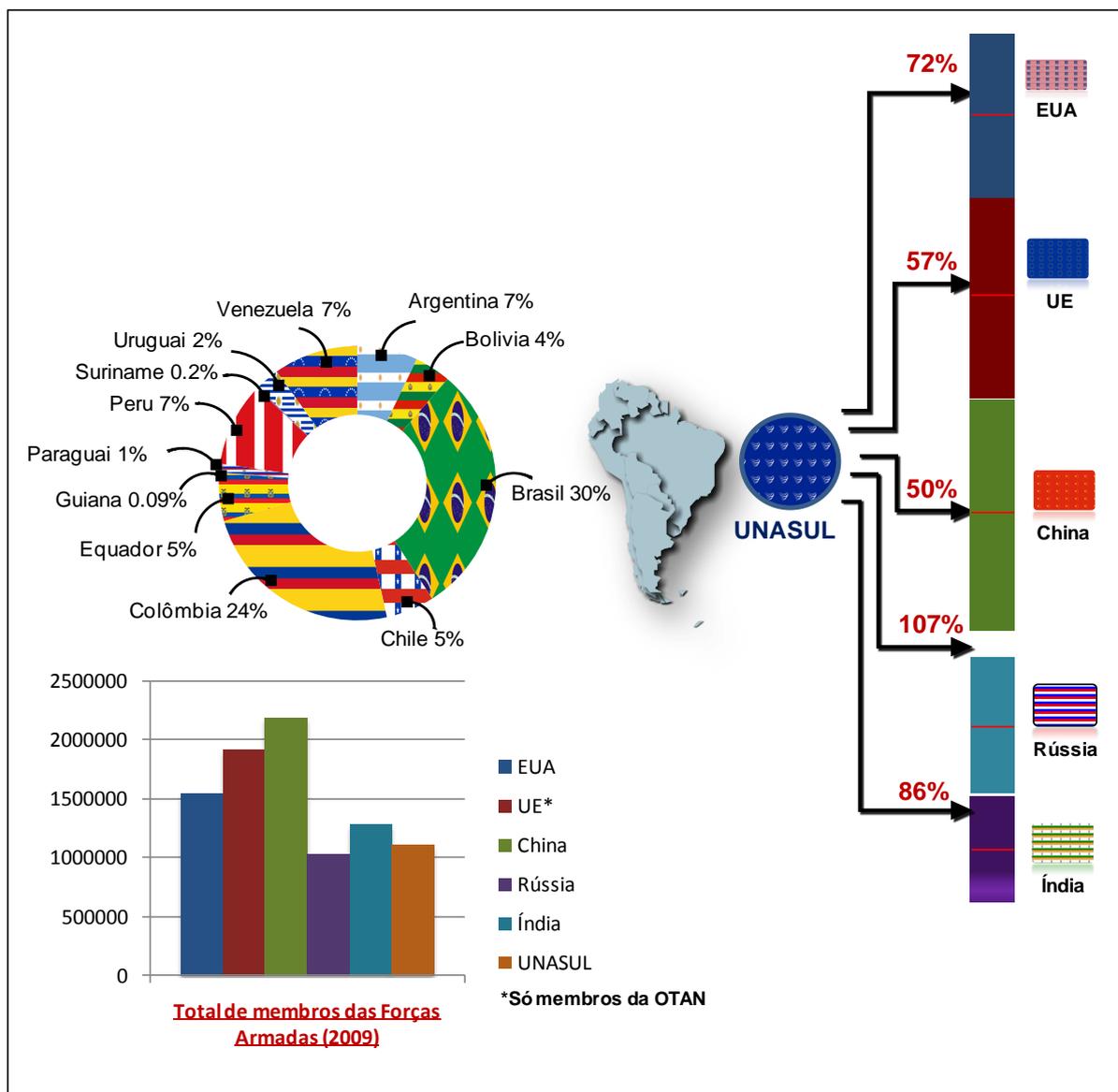


FIGURA 16 – Comparação entre os membros das Forças Armadas dos Estados integrantes da UNASUL e dos EUA, da UE, da China, da Rússia e da Índia.

Fonte: The Military Balance 2009.

ANEXO A – Distribuição mundial do petróleo

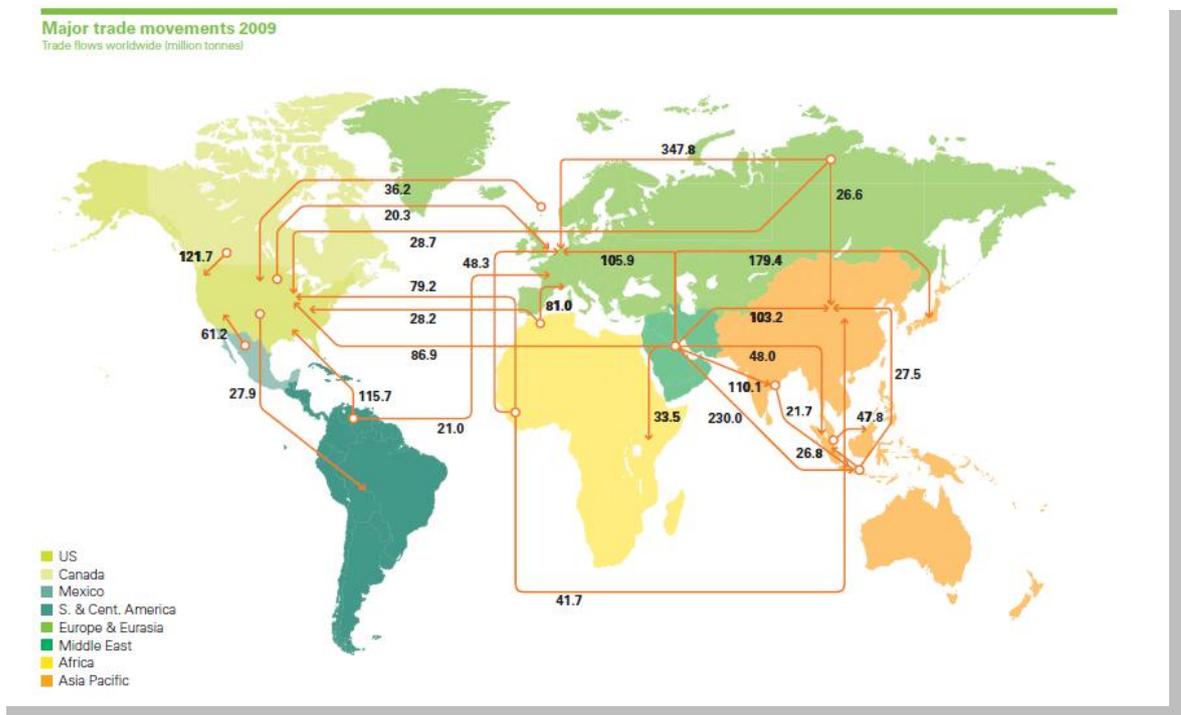


FIGURA 8 – Fluxos do comércio mundial de petróleo (ano 2009).

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Oil Section*, p. 21.

ANEXO B – Variação mundial dos preços do petróleo

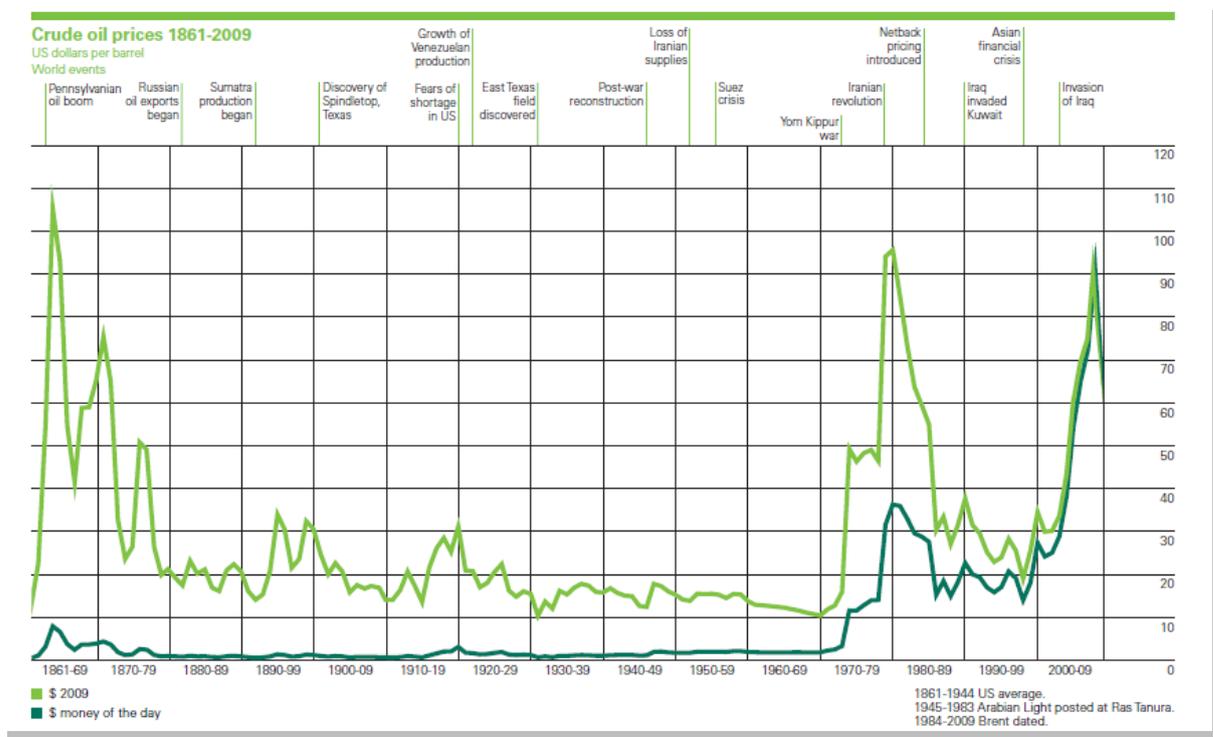


FIGURA 9 – Preços de petróleo (1861-2009).

Fonte: British Petroleum. *BP Statistical Review of World Energy June 2010 - Oil Section*, p. 16.